



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 38 DE 22 DE MAIO DE 2017.

EMENTA: Institui o Código Ambiental do Município de Itatiaia e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITATIAIA faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

ÍNDICE

TÍTULO I

PARTE GERAL	7
Disposições Gerais	7

CAPÍTULO I	
Das Competências	7

CAPÍTULO II	
Dos Conceitos Gerais	9

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SISMMMA.....	11
---	-----------

CAPÍTULO I	
Da Estrutura.....	11

CAPÍTULO II	
Do Órgão Executivo.....	12

CAPÍTULO III	
Do Órgão Colegiado	13



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO IV	
Do Fundo Municipal do Meio Ambiente	14

CAPÍTULO V	
Dos Órgãos Municipais Integrados e Organizações Colaboradoras.....	14

TÍTULO III

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	15
---	-----------

CAPÍTULO I	
Dos Princípios Fundamentais	15

CAPÍTULO II	
Dos Objetivos	16

CAPÍTULO III	
Das Diretrizes	16

CAPÍTULO IV	
Dos Instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente	17

CAPÍTULO V	
Da Aplicação da Política Municipal de Meio Ambiente.....	18

SEÇÃO I	
Normas Gerais	18

SEÇÃO II	
Do Planejamento da Gestão Ambiental	18

SEÇÃO III	
Do Zoneamento Ambiental	20

SEÇÃO IV	
Do Sistema Municipal de Unidade de Conservação da Natureza	20

SEÇÃO V	
Dos Padrões de Emissão de Qualidade Ambiental.....	23

SEÇÃO VI	
Do Licenciamento Ambiental	24

SEÇÃO VII	
Da Avaliação de Impacto Ambiental	25



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

SEÇÃO VIII	
Da Auditoria Ambiental	27
SEÇÃO IX	
Da Fiscalização e do Controle das Atividades Modificadoras do Meio Ambiente.....	29
SEÇÃO X	
Do Monitoramento Ambiental.....	29
SEÇÃO XI	
Do Sistema Municipal de Informações Ambientais	30
SEÇÃO XII	
Da Avaliação Ambiental Estratégica	31
SEÇÃO XIII	
Da Cobertura Vegetal Urbana	32
SEÇÃO XIV	
Da Análise de Risco	34
SEÇÃO XV	
Da Educação Ambiental.....	35
SEÇÃO XVI	
Dos Mecanismos de Benefícios e Incentivos Ambientais.....	35
<u>TÍTULO IV</u>	
DO CONTROLE AMBIENTAL.....	36
CAPÍTULO I	
Da Qualidade Ambiental e do Controle da Poluição	36
CAPÍTULO II	
Do Solo	37
SEÇÃO I	
Dos Recursos Minerais	37
SEÇÃO II	
Dos Movimentos de Terra	37
CAPÍTULO III	
Do Ar	38



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO IV	
Da Poluição Sonora	39
CAPÍTULO V	
Dos Recursos Hídricos	42
CAPÍTULO VI	
Do Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário	44
CAPÍTULO VII	
Da Drenagem Urbana	45
CAPÍTULO VIII	
Dos Resíduos Sólidos	45
CAPÍTULO IX	
Dos Resíduos Perigosos	48
CAPÍTULO X	
Dos Agrotóxicos, Componentes e afins	48
CAPÍTULO XI	
Da Fauna e da Flora	48
CAPÍTULO XII	
Da Avaliação Estética	49
CAPÍTULO XIII	
Das Telecomunicações	50
CAPÍTULO XIV	
Das Atividades Perigosas	50
SEÇÃO I	
Do Transporte de Cargas Perigosas	50
CAPÍTULO XV	
Do Turismo	51
 <u>TÍTULO V</u>	
 DO PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL	51



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO I	
Dos Procedimentos Administrativos	51
CAPÍTULO II	
Das Disposições Gerais e das Penalidades	54
SEÇÃO I	
Das Infrações Contra a Fauna	57
SEÇÃO II	
Das Infrações Contra a Flora	59
SEÇÃO III	
Das Infrações Contra a Poluição e a outras Ambientais	61
SEÇÃO IV	
Das Infrações Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural.....	63
SEÇÃO V	
Das Infrações Contra a Administração Ambiental	64
SEÇÃO VI	
Das Infrações Relativas ao Licenciamento Ambiental	64
SEÇÃO VII	
Das Outras Infrações Ambientais	65
CAPÍTULO III	
Dos Recursos	67
<u>TÍTULO VI</u>	
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	70
Anexos	
Siglas	72



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

TÍTULO I

PARTE GERAL

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Político Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e restaurá-lo, para as presentes e futuras gerações.

Art. 2º – Este Código fundamentado no interesse local, respeitando as competências da União e do Estado do Rio de Janeiro, regula a ação do Poder Público Municipal estabelece normas e procedimentos do sistema de gestão ambiental na relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas, na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Art. 3º – Este Código institui o **Sistema Municipal do Meio Ambiente -SISMMA**.

Parágrafo Único – A administração do uso dos recursos ambientais do Município de Itatiaia compreende a observância às diretrizes que disciplinam o uso do solo e da ocupação territorial previstos na Lei Orgânica e demais Códigos de Urbanismo, de Obras, de Posturas, assim como, às diretrizes normativas do Estatuto da Cidade.

CAPÍTULO I

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º – Compete ao Município de Itatiaia coordenar e mobilizar suas ações e recursos humanos, financeiros, materiais, técnicos e científicos, bem como, a participação da população, do Conselho Municipal de Meio Ambiente – **COMDEMA** na elaboração e execução dos objetivos e interesses estabelecidos neste Código, devendo:

- I - planejar e desenvolver ações de proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação, monitoramento e melhoria da qualidade ambiental;
- II - elaborar e implementar o zoneamento ambiental do município e os planos municipais de desenvolvimento urbano que visem à melhoria da qualidade ambiental do município;



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

- III** - exercer o controle da poluição e da degradação ambiental;
- IV**- definir áreas prioritárias de ação governamental, relativa ao meio ambiente, visando à proteção ambiental e ao equilíbrio ecológico;
- V**- identificar, criar e administrar espaços territoriais que visem à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens e interesses ambientais, estabelecendo normas de sua competência a serem observadas nestas áreas;
- VI** - estabelecer diretrizes específicas para a proteção dos recursos hídricos, por meio de planos de gestão de recursos hídricos e de gestão ambiental das bacias hidrográficas;
- VII** - estabelecer normas e padrões de lançamento e de emissão complementares de qualidade ambiental e monitoramento da poluição do ar, da água, do solo, sonoro e estético e outras de competência municipal;
- VIII** - estabelecer diretrizes e normas relativas ao uso e manejo de recursos naturais, conceder licenças e fixar limitações administrativas relativas ao meio ambiente;
- IX** - implantar o sistema municipal de cadastro e informações sobre atividades modificadoras do meio ambiente, recursos naturais, recursos hídricos, unidades de conservação e sobre o meio ambiente, em geral;
- X** - promover a sensibilização pública para a proteção do meio ambiente e a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar, em todos os níveis e formas de ensino;
- XI** - incentivar e identificar a criação, a implantação e a difusão de tecnologias inovadoras e o desenvolvimento, a produção e a instalação de equipamentos que atendam a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica;
- XII** - implantar e operar o sistema de monitoramento ambiental, no âmbito municipal;
- XIII** - implantar sistemas de controle e fiscalização, no âmbito municipal, das atividades capazes de interferir sobre a qualidade ambiental, orientando, exigindo e cobrando obrigações do responsável pela atividade modificadora do meio ambiente, conforme legislação vigente;
- XIV** – garantir a participação social e comunitária nas atividades que visem à proteção, recuperação ou melhoria da qualidade ambiental;
- XV**- controlar, no âmbito municipal, o transporte de resíduos perigosos, observadas as legislações federal e estadual;
- XVI**- incentivar, colaborar e participar de planos e ações de interesse local em iniciativas de âmbitos nacional, regional e estadual, por meio de ações compartilhadas, acordos, parcerias, consórcios e convênios com órgãos públicos, com a iniciativa privada, universidades, outros estabelecimentos de ensino e entidades paraestatais;
- XVII** - garantir aos cidadãos o livre acesso às informações e aos dados ambientais disponíveis no Município;
- XVIII**- executar outras medidas consideradas essenciais à conservação e preservação da qualidade ambiental e da preservação e conservação do meio ambiente.



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

Parágrafo Único – o Plano Diretor , quando de sua revisão, deverá contemplar o zoneamento ambiental indicado no inciso II, deste artigo.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS GERAIS

Art. 5º – São os conceitos gerais para fins e efeitos deste Código:

I – Meio Ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abrigar e reger a vida em todas as suas formas;

II – Conservação: uso sustentável dos recursos naturais, tendo em vista a sua utilização sem colocar em risco a manutenção dos ecossistemas existentes, garantindo a biodiversidade;

III – Ecossistemas: conjunto integrado de fatores físicos e bióticos que caracterizam um determinado lugar, estendendo-se por um determinado espaço de dimensões variáveis; é uma totalidade integrada, sistêmica e aberta, que envolve fatores abióticos e bióticos, com respeito a sua composição, estrutura e função;

IV – Poluição: alteração da qualidade ambiental resultante de atividades humanas ou fatores naturais que direta ou indiretamente:

- a) Prejudiquem a saúde, a segurança ou o bem-estar da população;
- b) Criem condições adversas ao desenvolvimento sócio-econômico;
- c) Afete desfavoravelmente a biota;
- d) Lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;
- e) Afetem as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V – Poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, direta ou indiretamente responsável por atividade causadora de poluição ou degradação efetiva ou potencial;

VI – Poluente: toda e qualquer forma de matéria, energia ou ação que em quantidade, em concentração ou com características em desacordo com as que foram estabelecidas em decorrência deste Código, respeitadas as legislações Federal e Estadual;

VII – Fonte de poluição: considera-se fonte de poluição efetiva ou potencial, qualquer atividade, processo, operação, equipamento ou dispositivo, fixo ou móvel, que induza, produza ou possa ocasionar poluição;

VIII – Recursos Ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, a fauna e a flora;



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

IX – Proteção: procedimentos integrantes das práticas de conservação e preservação da natureza;

X – Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção em longo prazo das espécies, e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

XI – Áreas de preservação permanente: porções do território municipal, de domínio público ou privado, destinadas à preservação e suas características ambientais relevantes, assim definidas em Lei;

XII – Unidades de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

XIII – Plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

XIV – Extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

XV – Padrões de qualidade ambiental: são os valores de concentrações máximas toleráveis no ambiente para cada poluente, de modo a resguardar a saúde humana, a fauna, a flora, as atividades econômicas e ao meio ambiente em geral;

XVI – Padrão de emissão: é o limite máximo estabelecido para lançamento de poluente por fonte emissora que, ultrapassado, poderá afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à fauna, à flora, às atividades econômicas e ao meio ambiente em geral;

XVII – Agrotóxicos e afins: são os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e também ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;

XVIII – São afins: os produtos e os agentes de processos físicos e biológicos que tenham a mesma finalidade dos agrotóxicos, bem como outros produtos químicos, físicos e biológicos utilizados na defesa fitossanitária, domissanitária e ambientais não enquadrados no conceito de agrotóxico;

XIX – Poluição sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar público ou transgrida as disposições fixadas na norma competente;



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

XX – Som: fenômeno físico provocado pela propagação de vibrações mecânicas em um meio elástico, dentro da faixa de frequência de 16 Hz a 20 kHz e passível de excitar o aparelho auditivo humano;

XXI – Ruídos: qualquer som que cause ou possa causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos ou fisiológicos negativos em seres humanos;

XXII – Licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

XXIII – Licença ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, operar e ampliar empreendimentos e atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;

XXIV – Avaliação ambiental estratégica: conjunto de atividades com o objetivo de prever, interpretar, mensurar, qualificar e estimar a magnitude e a amplitude espacial e temporal do impacto ambiental potencialmente associado a uma determinada política, plano ou programa, tendo em vista:

a) a opção por alternativas tecnológicas ou locacionais que mitiguem os efeitos ambientais adversos;

b) a proposição de programas e ações compensatórias dos efeitos ambientais adversos.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SISMMA **CAPÍTULO I** **DA ESTRUTURA**

Art. 6º – O Sistema Municipal de Meio Ambiente - **SISMMA** é o conjunto de órgãos e entidades públicas e privadas, responsáveis pela preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação, controle do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais do Município, consoante o disposto neste Código.

Art. 7º – Integra o Sistema Municipal de Meio Ambiente - **SISMMA**:



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

- I** – a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - **SMMA**, órgão de coordenação, controle e execução da política ambiental;
- II** – o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - **COMDEMA**, órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, da política ambiental, criado através da Lei 028/1990, de 16 de agosto de 1990.
- III** – o Fundo Municipal de Meio Ambiente - **FMMA**; criado através da Lei 314/2001 de 20 de novembro de 2001.
- IV** – as organizações da sociedade que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;
- V** – outras secretarias, autarquias e órgãos públicos afins do Município, definidos em ato do Poder Executivo.

Parágrafo Único – De acordo com a legislação em vigor, poderá o Poder Executivo criar agências ou fundações, jurisdicionadas ao órgão ambiental local, para apoio técnico e científico e, se necessário, execução de ações de controle e gerenciamento ambiental, como forma de promover a agilização dessas ações.

Art. 8º – O **COMDEMA** é o órgão superior consultivo da composição do **SISMMA**, nos termos deste Código.

Art. 9º – Os órgãos e entidades que compõem o **SISMMA** atuarão de forma harmônica e integrada, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - **SMMA**, observada as diretrizes do **COMDEMA**.

CAPÍTULO II **DO ÓRGÃO EXECUTIVO**

Art. 10 – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - **SMMA** é o órgão de coordenação, controle e execução da política municipal de meio ambiente, com as atribuições e competência definidas neste Código.

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente **SMMA** é o órgão central de planejamento, administração e fiscalização das posturas ambientais na estrutura básica da Prefeitura Municipal de Itatiaia, cabendo-lhe fornecer diretrizes técnicas aos demais órgãos municipais, em assuntos que se refiram a meio ambiente e qualidade de vida.

Art. 11 – São atribuições da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - **SMMA**:

- I** - elaborar a proposta da Política Ambiental, definindo diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção de recursos naturais;



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

- II - exigir o cumprimento da legislação de proteção e das licenças de parcelamento, loteamento e localização no município, acompanhando sua execução;
- III - decidir sobre pedidos de licença ambiental de instalações de indústrias, empresas ou qualquer tipo de obra que impacte o meio ambiente;
- IV - deliberar, em primeira instância administrativa, sobre multas e outras penalidades aplicadas em decorrência de infração à legislação urbanística e ambiental;
- V - combater a poluição em qualquer de suas formas, condicionando a concessão de alvará às indústrias ou atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras, ao atendimento das exigências urbanísticas e de controle ambiental;
- VI - promover a ordenação territorial ambiental, observando e seguindo as peculiaridades regionais e culturais de cada espaço geográfico;
- VII - desenvolver e adotar projetos que canalizem recursos para a promoção, de forma planejada, de saneamento e educação ambiental;
- VIII - implantar sistema de limpeza pública, prevendo a coleta, remoção, tratamento e disposição final adequada do lixo urbano;
- IX - estimular a co-responsabilidade da sociedade na coleta seletiva de resíduos sólidos através do estímulo à separação e destinação final do lixo urbano;
- X - fixar critérios para a determinação de uso de áreas de expansão ou urbanizáveis que impeçam a ocupação das áreas de mananciais, de vegetação nativa, sítios arqueológicos e outros atrativos ambientais;
- XI - estabelecer normas de ocupação do solo nas bacias de captação de águas de abastecimento urbano, acompanhando seu cumprimento;
- XII - elaborar planos de reflorestamento, recuperação de mananciais, despoluição de cursos d'água, lagos e lagoas;
- XIII - manter e desenvolver o horto municipal e elaborar proposta para criação de bosques municipais;
- XIV - decidir sobre pedidos de corte e podas de árvores na área urbana;
- XV - promover campanhas de conscientização ecológica junto à população residente e aos turistas;
- XVI - planejar ações que contemplem a Lei do ICMS VERDE, buscando promoção do desenvolvimento sustentável;
- XVII - coordenar as ações dos órgãos integrantes do **SISMMA**;
- XVIII - participar do planejamento das políticas públicas do Município para o meio ambiente e os recursos naturais;
- XIX - articular-se com instituições federais, estaduais, municipais e organizações não-governamentais e associações representativas da sociedade, que tenham a preservação e conservação do meio ambiente entre seus objetivos, para a execução coordenada e a obtenção de financiamentos para a implantação de programas relativos à preservação, conservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

- XX** - licenciar a localização, a instalação, a operação e a ampliação das obras e atividades, de âmbito local, consideradas modificadoras do meio ambiente;
- XXI** - participar, quando houver interesse local, dentro do licenciamento ambiental, do processo de exigência de estudos de impacto ambiental, em âmbito federal e estadual;
- XXII** - analisar, julgar e decidir, em primeira instância administrativa, os recursos apresentados contra a decisão que negou provimento a recurso contra Auto de Infração, exarado em primeira instância pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente;
- XXIII** - executar as medidas administrativas e requerer as judiciais cabíveis para coibir, punir e responsabilizar poluidores;
- XXIV** - fiscalizar as atividades produtivas e de prestação de serviços e o uso de recursos ambientais pelo Poder Público e pelo particular; dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao **COMDEMA**;

CAPÍTULO III **DO ÓRGÃO COLEGIADO**

Art. 12 – O **COMDEMA** (Lei nº 028/1990) tem por finalidade assessorar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional, para preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, bem como sua aplicação pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

CAPÍTULO IV **DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Art. 13 – O Fundo Municipal de Meio Ambiente - **FMMA** (Lei nº 314/2001), tem a finalidade de propiciar condições financeiras, executadas e/ou coordenadas pela **SMMA** em consonância com o **COMDEMA**, que visem o uso racional e sustentável de recursos naturais, bem como a implementação de ações voltadas a defesa, a manutenção, a melhoria da qualidade ambiental, no sentido de elevar a qualidade de vida dos habitantes do Município, sendo vedada sua utilização para outros fins,

Art. 14 – Compete a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - **SMMA** estabelecer diretrizes, normas de gestão e funcionamento, prioridades, linhas de aplicação e programas de alocação de recursos do Fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente.

Art. 15 – A **SMMA** apresentará anualmente relatório financeiro do **FMMA**, aprovado pelo **COMDEMA**, ao Prefeito Municipal.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

Art. 16 – O Orçamento do **FMMA** evidenciará as políticas e o programa aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - **COMDEMA**, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo Único – O orçamento do **FMMA** integrará o orçamento do Município em observância ao princípio da Unidade.

CAPÍTULO V **DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS INTEGRADOS E ORGANIZAÇÕES** **COLABORADORAS**

Art. 17 – Os órgãos municipais integrados ao **SISMMA** são os demais órgãos e entidades do município, definidos em ato do Poder Executivo, que desenvolvem atividades que interfiram direta ou indiretamente no meio ambiente.

Art. 18 – As organizações colaboradoras são as organizações não-governamentais, os conselhos de classe, as associações legalmente constituídas para defesa dos recursos naturais e de combate à poluição e instituições públicas e privadas, cujos objetivos incluam a atuação na área ambiental e metas de desenvolvimento sustentável.

TÍTULO III **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

Dispõe sobre a política de proteção, de controle, da conservação e da recuperação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no município de Itatiaia.

CAPÍTULO I **DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 19 – A Política Municipal de Meio Ambiente compreende o conjunto de princípios, objetivos e diretrizes técnicas e administrativas, que visam orientar as ações do Poder Executivo na utilização dos recursos ambientais, conforme seu manejo ecológico, bem como para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, a fim de assegurar, no município, condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade e qualidade da vida humana atendida os princípios:



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

- I** - a promoção do desenvolvimento sustentável, compatibilizando o desenvolvimento econômico e social com a proteção ambiental, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos ambientais, em benefício das presentes e futuras gerações;
- II** - a preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente, bem de uso comum do povo;
- III** - a adoção de mecanismos de estímulo destinados a conduzir o cidadão à melhor prática ambiental;
- IV** - a educação ambiental na sociedade, visando ao conhecimento da realidade, à tomada das responsabilidades sociais e ao exercício da cidadania;
- V** - o incentivo à participação da sociedade na gestão da política ambiental e o desenvolvimento de ações integradas, através da garantia de acesso à informação;
- VI** - imposição ao poluidor de penalidades e da obrigação de recuperar e indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos, através de atos administrativos e de ações na justiça, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, incumbindo, para tanto, os órgãos competentes, da administração direta, indireta e fundacional da obrigação de promover as medidas judiciais para responsabilização dos causadores da poluição e degradação ambiental, esgotadas as vias administrativas;
- VII** - a ação interinstitucional integrada, entre os órgãos municipais e entre os órgãos estaduais e federais;
- VIII** - a autonomia do poder municipal para o exercício das atribuições compatíveis com o interesse local.

CAPÍTULO II **DOS OBJETIVOS**

Art. 20 – A Política Municipal do Meio Ambiente tem por objetivos:

- I** - compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental, visando assegurar as condições da qualidade de vida e do bem-estar da coletividade e do equilíbrio ecológico;
- II** - definir áreas prioritárias para a ação do governo municipal, visando à manutenção da qualidade de vida;
- III** - o controle da produção, da extração, da comercialização, do transporte e do emprego de materiais, bens e serviços, métodos e técnicas que comportem risco para a vida ou comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente;
- IV** - estabelecer critérios e padrões de qualidade ambiental e normas relativas ao uso e manejo dos recursos ambientais;
- V** - criar parques, reservas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico ou áreas de relevante interesse paisagístico e turístico;



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

- VI** - diminuir as concentrações e níveis de poluição do ar, da água, do solo, sonora e estética;
- VII** - exigir a prévia autorização ambiental municipal para a instalação de atividades, produção e serviços com potencial de impacto ao meio ambiente;
- VIII** - acompanhar o funcionamento das atividades, instalações e serviços licenciados através da inspeção, monitoramento e fiscalização;
- IX** - implantar sistema de cadastro, informações e banco de dados sobre o meio ambiente do município;
- X** - exercer o poder de polícia administrativa, estabelecendo meios para obrigar o poluidor público ou privado, a recuperar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente, sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis;
- XI** - assegurar a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que visem à proteção, recuperação ou melhoria da qualidade ambiental.



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 21 – O Município, ao estabelecer diretriz e normas relativas ao desenvolvimento urbano, assegurará a preservação, a conservação, a proteção e a recuperação dos ecossistemas urbanos.

Art. 22 – A Política Municipal de Meio Ambiente será apresentada sob a forma de planos, programas e projetos e sistemas de gestão, conduzida por um conjunto de instituições articuladas no **Sistema Municipal do Meio Ambiente** e por instrumentos de gestão ambiental.

Art. 23 – Todos têm direito de viver, desenvolver-se e exercer suas atividades, inclusive o lazer, em um meio ambiente sadio, seguro e agradável.

Art. 24 – A Prefeitura Municipal de Itatiaia norteará suas ações em busca do desenvolvimento sustentável, que possibilita a gestão do desenvolvimento, da utilização e da proteção dos recursos ambientais segundo os padrões federais e estaduais e, na sua falta, os aceitos internacionalmente, e em ritmo que permitam a população presente, assegurar seu bem-estar social, econômico e cultural, sua saúde e sua segurança, de forma a:

- I - manter a qualidade e o potencial dos recursos ambientais nos limites que permitam satisfazer as necessidades das gerações futuras;
- II - proteger a função de sustento vital do ar, da água, do solo e dos ecossistemas;
- III - evitar, atenuar ou minimizar todo efeito prejudicial das atividades que afetem o meio ambiente.

Art. 25 – Os projetos de lei e regulamentos que disciplinarem atividades públicas ou privadas relacionadas com o aproveitamento de recursos ambientais ou que, por qualquer forma, possam causar impacto ambiental, poderão ser submetidos ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - **COMDEMA**, ouvida, previamente, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente - **SMMA**.

CAPÍTULO IV DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 26 – Constituem instrumentos de gestão ambiental, a serem adotados na Política Municipal de Meio Ambiente:

- I - planejamento e gestão ambiental;
- II - zoneamento ambiental;



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

- III - licenciamento ambiental;
- IV - avaliação de impacto ambiental;
- V - auditoria ambiental;
- VI - normas e padrões ambientais;
- VII - sistema municipal de unidades de conservação;
- VIII - monitoramento ambiental;
- IX - fiscalização ambiental;
- X - sistema municipal de informações, cadastro ambiental e banco de dados ambientais;
- XI - avaliação ambiental estratégica;
- XII - educação ambiental;
- XIII - cobertura vegetal urbana;
- XIV - análise de risco;
- XV - mecanismos de estímulo e incentivo ao desenvolvimento sustentável;
- XVI - penalidades administrativas e compensatórias por descumprimento de ações de preservação e recuperação ambiental

CAPÍTULO V **DA APLICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE** **SEÇÃO I** **NORMAS GERAIS**

Art. 27 – Os instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente, elencados no Título III, Capítulo IX deste Código, serão definidos e regulados neste título.

Art. 28 – Cabe ao Município a implementação dos instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente, para a perfeita consecução dos objetivos definidos no título III, Capítulo IX, deste Código.

SEÇÃO II **DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO AMBIENTAL**

Art. 29 – O planejamento ambiental é o instrumento da Política Municipal de Meio Ambiente que estabelece as diretrizes que orientam o desenvolvimento sustentável e deve considerar como principais variáveis:

- I - a legislação vigente;
- II - as tecnologias alternativas para preservação, conservação e recuperação do meio ambiente;
- III - a viabilidade social, ambiental e econômica dos planos, programas e projetos;
- IV - as descontinuidades administrativas;
- V - as condições do meio ambiente natural e construído;



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

- VI** - as tendências econômicas, sociais, demográficas e culturais;
- VII** - as características socioeconômicas e as condições ambientais do Município;
- VIII** - as necessidades da sociedade, considerada em todos os seus segmentos, priorizando a inclusão social;
- IX** - o uso, a articulação e a ordenação racional e criteriosa dos espaços, considerando, as fases de proposição, concepção, projeto e implantação;
- X** - o diagnóstico e o estudo preliminar das condições dos recursos naturais e da qualidade ambiental, das fontes poluidoras, do uso e da ocupação do solo e das características socioeconômicas;
- XI** - a necessidade de promoção da sensibilização das comunidades para a questão ambiental;
- XII** - as condições dos recursos;
- XIII** - a avaliação e o controle sistemático dos projetos executados, quantificando e qualificando seus benefícios à comunidade e ao meio ambiente.

Parágrafo Único – O planejamento deve ser um processo dinâmico, participativo, integrado, descentralizado e com base na realidade local.

Art. 30 – O planejamento ambiental, considerando as especificidades locais, deve:

- I** - produzir subsídios para a formulação das políticas públicas de meio ambiente;
- II** - definir ações que visem ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais;
- III** - fixar diretrizes para orientar os processos de intervenção sobre o meio ambiente;
- IV** - recomendar ações que se destinem a integrar os aspectos ambientais dos planos, programas, projetos, atividades e posturas desenvolvidos pelos diversos órgãos federais, estaduais e municipais;
- V** - propiciar a participação dos diferentes segmentos da sociedade na sua elaboração e aplicação;
- VI** - definir as metas plurianuais a serem atingidas para promover e proteger a qualidade ambiental;
- VII** - determinar a capacidade de suporte dos ecossistemas, indicando limites de absorção de impactos provocados por obras, atividades e serviços, bem como a capacidade de saturação resultante de todos os demais fatores naturais e antrópicos.

Art. 31 – A gestão ambiental municipal deve cumprir as diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica (05/04/1990) e no Plano Diretor e seus programas de Preservação e Recuperação do Ecossistema; Preservação do Patrimônio Cultural e do Ambiente Urbano e Estímulo ao Turismo Ecológico e



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

de planos e outros produtos de planejamento ambientais ou relacionados, tais como:

- I - Agenda 21 local;
- II - Plano de gestão de arborização, áreas verdes e unidades de conservação;
- III - Zoneamento ecológico-econômico;

SEÇÃO III **DO ZONEAMENTO AMBIENTAL**

Art. 32 – O zoneamento ambiental consiste na definição de áreas do território do Município, de modo à regular atividades e definir ações para a proteção e melhoria da qualidade do ambiente, considerando as características ou atributos das áreas.

Parágrafo Único – O zoneamento ambiental será definido por Lei e incorporado ao Plano Diretor Urbano, no que couber, podendo o Poder Executivo alterar os seus limites, ouvida a **SMMA**, a **SECPLAN**, o **COMDEMA** e os Conselhos Municipais correlatos.

SEÇÃO IV **SISTEMA MUNICIPAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA** **SMUC**

Art. 33 – O Sistema Municipal de Unidades de Conservação da Natureza - **SMUC**, a ser instituído por lei, é constituído pelo conjunto das unidades de conservação municipais, visando à integração com as unidades de conservação federais e estaduais, de acordo com o disposto na legislação ambiental.

Art. 34 – O **SMUC** tem os objetivos:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território municipal;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito local, regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

- VIII - proteger recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Art. 35 – O SMUC será regido por diretrizes que:

- I - assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitat e ecossistemas do território municipal, salvaguardando o patrimônio biológico existente;
- II - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;
- III - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;
- IV - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema municipal;
- V - assegure, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;
- VI - permitam o uso das unidades de conservação para a conservação *in situ* de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas e recursos genéticos silvestres;
- VII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;
- VIII - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;
- IX - garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;
- X - busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira e



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

XI - busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.

Art. 36 – As unidades de conservação integrantes do **SMUC** dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, conforme lei pertinente.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Art. – O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação de acordo com SNUC Lei nº 9.985/2000:

I - Estação Ecológica;

II - Reserva Biológica;

III - Parque Municipal;

IV - Monumento Natural;

V - Refúgio de Vida Silvestre.

Parágrafo Único – Os objetivos de cada unidade de proteção Integral estão definidos em lei pertinente.

Art. 38 – Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as categorias de unidade de conservação de acordo com SNUC Lei nº 9.985/2000:

I - Área de Proteção Ambiental;

II - Área de Relevante Interesse Ecológico;

III - Floresta Municipal;

IV - Reserva Extrativista;

V - Reserva de Fauna;

VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável e

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Parágrafo Único – Os objetivos de cada unidade de Uso Sustentável estão definidos em lei pertinente.



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

Art. 39 – As Unidades de Conservação são criadas por ato do Poder Público.

§ 1º - A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 2º - No processo de consulta de que trata o § 1º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a todas as partes interessadas.

§ 3º - as unidades de conservação do grupo de uso sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de proteção integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos estabelecidos no § 1º deste artigo.

§ 4º - a ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação de seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 1º, deste artigo.

Art. 40 – As Unidades de Conservação devem possuir uma zona de amortecimento e corredores ecológicos, tendo seus limites e suas normas específicas regulamentando a ocupação, definidos no ato de criação da unidade de conservação e devem estar contemplados no Plano Diretor.

Art. 41 – A **SMMA**, responsável pela administração das unidades de conservação, pode receber recursos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua conservação.

Art. 42 – A **SMMA** deverá participar, junto com o órgão de meio ambiente estadual, na definição das unidades de conservação a serem beneficiadas, de acordo com as propostas apresentadas **RAS** – Relatório Ambiental Simplificado - nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão estadual de meio ambiente.

Art. 43 – As Unidades de Conservação municipais devem dispor de um Plano de Manejo, na forma da lei e estarem contempladas no Plano Diretor Municipal.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

Art. 44 – Deverá constar no Ato do Poder Público de criação de Unidade de Conservação, as diretrizes para a regularização fundiária, a demarcação e a fiscalização adequada, bem como a indicação da respectiva área do entorno.

SEÇÃO V **DOS PADRÕES DE EMISSÃO E DE QUALIDADE AMBIENTAL**

Art. 45 – Os padrões de qualidade ambiental deverão ser expressos, quantitativamente, indicando as concentrações máximas de poluentes.

Parágrafo Único – Os padrões de qualidade ambiental incluirão, entre outros, a qualidade do ar, das águas, do solo e a emissão de ruídos.

Art. 46 – Os padrões de emissão e de qualidade ambiental são aqueles estabelecidos pelos Poderes Públicos Estadual e Federal, podendo o **COMDEMA** estabelecer padrões mais restritivos ou acrescentar padrões para parâmetros não fixados pelos órgãos federal e estadual, fundamentados em parecer consubstanciado encaminhado pela **SMMA**.

Art. 47 – A **SMMA** realizará estudos, análises e avaliações de informações destinadas a fundamentar, cientificamente e tecnicamente, os padrões, parâmetros e critérios de qualidade ambiental a serem aplicados no âmbito do município.

Parágrafo Único – A **SMMA** poderá celebrar convênios de cooperação técnica com outras instituições, visando o cumprimento dos objetivos assinalados neste Código.

Art. 48 – Nenhum padrão ambiental do Município poderá ser menos restritivo do que os padrões fixados pelas legislações federais e estaduais.

SEÇÃO VI **DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Art. 49 – É de competência do Município de Itatiaia, através da **SMMA**, o licenciamento das atividades constantes do Termo de Cooperação Técnica nº 32/2012 de descentralização do licenciamento ambiental firmado junto ao Instituto Estadual do Ambiente – **INEA** (criado pela lei 5.101 de 04 de outubro de 2007) e o Estado do Rio de Janeiro.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

Art. 49 – É de competência do Município de Itatiaia, através da SMMA, a realização do Termo de Cooperação Técnica nº 32/2012 visando fortalecimento institucional da SMMA, necessária a gestão ambiental compartilhada com o Instituto Estadual do Ambiente – **INEA** (criado pela lei 5.101 de 04 de outubro de 2007) e o Estado do Rio de Janeiro, a fim de habilitar o Município ao processo de descentralização do licenciamento ambiental.

Art. 50 – A localização, a instalação, a operação, a alteração e desativação de atividades e o uso e exploração de recursos naturais, pela iniciativa privada ou pelos Poderes Público Federal, Estadual ou Municipal, consideradas de impacto ambiental local dependerão de prévio licenciamento ambiental municipal, de competência da **SMMA**, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 51 – A **SMMA** expedirá as licenças no uso de sua competência:

I - Licença Municipal Prévia (**LMP**), concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando a sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença Municipal de Instalação (**LMI**) autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambientais e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença Municipal de Operação (**LMO**) autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionante determinados para a operação.

IV - Licença Municipal de Alteração (**LMA**) - condicionada à existência e validade da Licença de Operação (LO), autoriza a ampliação ou alteração do empreendimento ou atividade, obedecendo obrigatoriamente a compatibilidade do processo de licenciamento com suas etapas e instrumentos de planejamento, implantação e operação (roteiros de caracterização, plantas, normas, memoriais, portarias de lavra etc.). Prazo: prazo de validade mínima estabelecida no cronograma e não podendo exceder ao prazo da licença da operação vigente.

V - Licença Municipal de Desativação (**LMD**) – deve ser requerida por ocasião do encerramento de atividades sujeitas à Licença Municipal de Operação, de modo a garantir que potenciais passivos ambientais sejam devidamente identificados e tratados em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Único – O requerimento e a expedição das licenças ambientais devem cumprir a legislação ambiental federal, estadual e municipal



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

pertinente e em vigor por ocasião de sua ocorrência, e quando exigido, Estudo de Impacto Ambiental – **EIA** e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – **RIMA**.

Art. 52 – O início de instalação, operação ou ampliação de obra ou atividade sujeita ao licenciamento ambiental sem a expedição da licença respectiva implicará na aplicação das penalidades administrativas previstas neste Código e a adoção das medidas judiciais cabíveis, sob pena de responsabilização funcional do órgão fiscalizador do **SISMMA**.

Art. 53 – O regulamento estabelecerá prazos para requerimento, publicação, prazo de validade das licenças emitidas, procedimentos e relação de atividades sujeitas ao licenciamento.

Art. 54 – A Prefeitura Municipal de Itatiaia, através da **SMMA** poderá celebrar convênio ou termo de cooperação técnica com o órgão estadual de meio ambiente para definição das atividades a serem licenciadas, no âmbito municipal.

§ 1º O Poder Executivo definirá através de Decreto, os elementos necessários à caracterização do projeto a ser apresentado, quando do requerimento de licenciamento.

§ 2º Poderá o Poder Executivo, através de Decreto, instituir normas para que a **SMMA** edite Resoluções, complementares a esta Lei, para celeridade e conformidade às atribuições pertinentes ao que são ora instituídos.

Art. 55 – Não será concedida ou renovada qualquer licença ou alvará municipal de instalação e operação de atividade em débito de qualquer natureza com o Município, em decorrência da aplicação de penalidade por infrações à legislação ambiental.

SEÇÃO VII **DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL**

Art. 56 – O Estudo de Impacto Ambiental (**EIA**) e Relatório de Impacto Ambiental (**RIMA**) dos empreendimentos e atividades em que o órgão estadual de meio ambiente determina sua elaboração deverão ser submetidos à apreciação da **SMMA** e do **COMDEMA**, como parte do licenciamento prévio.

Art. 57 – Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem:



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade e quantidade dos recursos ambientais;
- VI - os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações.

Art. 58 – A avaliação de impacto ambiental é um conjunto de instrumentos técnico-administrativos à disposição do Poder Público Municipal que possibilita a análise e interpretação de impactos ambientais. Compreende:

- I - a consideração da variável ambiental nas políticas, planos, programas ou projetos que possam resultar em impacto ambiental;
- II - a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (**EIA**) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (**RIMA**), para a implantação de empreendimentos ou atividades, na forma da lei.

Art. 59 – É de competência da **SMMA**, em articulação com o órgão estadual do meio ambiente, acompanhar a exigência do **EIA** e **RIMA** para licenciamento de atividade modificadora do meio ambiente a instalar-se no Município.

§ 1º - A **SMMA** deverá participar, com a equipe técnica do órgão estadual de meio ambiente, na elaboração da instrução técnica do **EIA** e do **RIMA**, incluindo prazos, normas e procedimentos a serem adotados.

§ 2º - A **SMMA** deverá participar, em conjunto com a equipe técnica do órgão estadual de meio ambiente, da análise do **EIA** e do **RIMA** e manifestar-se conclusivamente no âmbito de sua competência, nos prazos estabelecidos pelo órgão estadual de meio ambiente.

Art. 60 – O **EIA** e **RIMA** deve cumprir os dispositivos deste Código e demais legislações municipais pertinentes.

Art. 61 – Uma cópia do **EIA** e da **RIMA** estarão disponibilizadas na **SMMA**, para análise técnica e para consulta pública, respectivamente.

Art. 62 – O **EIA** será realizado por equipe multidisciplinar habilitada, independente do proponente, sendo responsável legal e tecnicamente pelos resultados apresentados.

Art. 63 – O **RIMA** refletirá as conclusões do **EIA** de forma objetiva e adequada a sua ampla divulgação, sem omissão de qualquer elemento importante para a compreensão da atividade.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

§ 1º - O **RIMA** deve ser apresentado de forma objetiva e adequado à sua compreensão e, as informações nele contidas devem ser em linguagem acessível, ilustrado por mapas e técnicas de comunicação visual, de modo que a comunidade possa entender as vantagens e desvantagens do empreendimento, e as consequências ambientais de sua implantação.

Art. 64 – O Proponente do Projeto custeará os honorários de consultores que a **SMMA** necessitar para análise dos dados apresentados, como também as despesas de realização de perícia, de contraprovas para o licenciamento.

Art. 65 – A **SMMA** poderá solicitar, dentro de prazos fixados em lei, a realização de Audiência Pública, por sua iniciativa ou quando solicitado por entidade legalmente constituída, pela Procuradoria do Município, pelo Ministério Público; para manifestação da população sobre o projeto e seus impactos sócio-econômicos e ambientais.

§ 1º - A **SMMA** procederá à ampla divulgação do empreendimento, dando conhecimento e esclarecimento à população da importância do **RIMA** e dos locais e períodos onde estará à disposição para conhecimento, inclusive durante o período de análise técnica.

§ 2º - A realização da audiência pública deverá ser sempre no município de Itatiaia, amplamente divulgada, com antecedência necessária à sua realização, em local conhecido e acessível, dentro dos prazos legais.

Art. 66 – Caberá à **SMMA** presidir e expor de forma objetiva e imparcial o projeto eventualmente, seu respectivo **RIMA**.

§ 1º - As discussões serão abertas aos interessados presentes.

§ 2º - Ao final de cada Audiência será lavrada uma ata sucinta.

§ 3º - Os documentos que estiverem assinados pelos autores e que forem entregues ao Presidente durante a audiência serão anexados à ata.

§ 4º - A Ata da Audiência Pública e seus anexos serão utilizados, para análise e parecer final da **SMMA** quanto à aprovação ou não do projeto.

Art. 67 – A Prefeitura Municipal de Itatiaia, através da **SMMA**, celebrará convênio com o órgão estadual de meio ambiente para participação nos procedimentos de exigências de **EIA** e **RIMA** no licenciamento ambiental, de âmbito estadual.

SEÇÃO VIII **DA AUDITORIA AMBIENTAL**



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

Art. 68 – Para os efeitos deste Código, denomina-se auditoria ambiental a realização de avaliações e estudos destinados a determinar:

- I** - os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação provocados por atividades de pessoa físicas ou jurídicas;
- II** - as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle poluição;
- III** - as medidas a serem tomadas para restaurar o meio ambiente e proteger a saúde humana;
- IV** - a capacitação dos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas rotinas e instalações e equipamentos de proteção do meio ambiente;
- V** - a **SMMA** caberá a aprovação do relatório e seu acompanhamento e fiscalização.

Parágrafo Único – O descumprimento do cronograma do plano de ação sujeitará a infratora às penalidades administrativas e às medidas judiciais cabíveis.

Art. 69 – A **SMMA** poderá determinar aos responsáveis pela atividade modificadora do meio ambiente a realização de auditorias ambientais periódicas, estabelecendo diretrizes e prazos específicos, nos empreendimentos licenciados, em âmbito municipal.

Parágrafo Único – A **SMMA** poderá solicitar ao órgão estadual de meio ambiente e ao órgão federal de meio ambiente a realização de auditoria ambiental nos empreendimentos licenciados no âmbito federal e estadual.

Art. 70 – As auditorias ambientais serão realizadas por conta e ônus da empresa a ser auditada.

Art. 71 – A **SMMA** deverá solicitar aos órgãos estaduais e federais as cópias dos relatórios de Auditoria Ambiental dos empreendimentos licenciados por estes órgãos, no município de Itatiaia.

Art. 72 – Sempre que constatadas infrações aos regulamentos federais, estaduais e municipais de proteção ao meio ambiente, deverão ser realizadas auditorias ambientais sobre os aspectos a eles relacionados, até a correção das irregularidades, independentemente de aplicação de penalidade administrativa.

Art. 73 – O relatório de auditoria ambiental será acessível à consulta pública, nas dependências da **SMMA**.

Art. 74 – A Prefeitura Municipal de Itatiaia, através da **SMMA**, celebrará convênio com o órgão estadual de meio ambiente para definição das



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

atividades a cumprirem as exigências de realizar auditorias ambientais, no âmbito municipal.

Art. 75 – O regulamento estabelecerá prazos para exigência, apresentação, publicação, prazo de validade das auditorias ambientais e a relação exemplificativa de atividades sujeitas à realização de auditorias periódicas.

SEÇÃO IX **DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE DAS ATIVIDADES** **MODIFICADORAS DO MEIO AMBIENTE**

Art. 76 – As atividades modificadoras do meio ambiente de impacto local, em funcionamento ou implantação à época de promulgação desta Lei, ficam obrigadas a registrar-se na **SMMA**, com vistas ao seu enquadramento ao estabelecido nesta Lei e sua regulamentação.

Art. 77 – A fiscalização do cumprimento das disposições deste código e das normas dele decorrentes será realizada pelos agentes ambientais da **SMMA** e por demais servidores públicos para tal fim designados.

Art. 78 – Aos agentes ambientais compete:

- I - efetuar vistorias;
- II - verificar a ocorrência de irregularidades;
- III - lavrar o auto correspondente à irregularidade, fornecendo cópia ao autuado;
- IV - elaborar relatório de vistoria;
- V - exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva.

SEÇÃO X **DO MONITORAMENTO AMBIENTAL**

Art. 79 – O monitoramento ambiental consiste no acompanhamento da qualidade ambiental, com o objetivo de:

- I - aferir o atendimento aos padrões de qualidade ambiental e aos padrões de emissão e de lançamento;
- II - fornecer dados de qualidade ambiental para avaliar os planos, políticas e programas de gestão ambiental e de desenvolvimento econômico e social;
- III - fornecer dados básicos para avaliar as espécies da flora e fauna, especialmente as ameaçadas de extinção e em extinção;
- IV - fornecer dados básicos para elaboração de planos de ações emergenciais para acidentes ambientais ou episódios críticos de poluição;



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

V - fornecer dados básicos para acompanhar e avaliar a recuperação de ecossistemas ou áreas degradadas.

Art. 80 – A **SMMA** deverá estabelecer e implantar o programa municipal de monitoramento da qualidade ambiental.

Art. 81 – Os empreendimentos licenciados com a elaboração de **EIA** e **RIMA** deverão enviar cópia dos relatórios periódicos dos programas de monitoramento ambiental para a **SMMA**.



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

SEÇÃO XI

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS - SMINA

Art. 82 – O Sistema Municipal de Informações Ambientais - **SMINA** é constituído por um banco de dados de informações ambientais: de cadastro de atividades modificadoras do meio ambiente, de qualidade ambiental, de monitoramento ambiental, de recursos naturais, dos acidentes ambientais, do licenciamento ambiental, de auditoria ambiental, das infrações e penalidades, de informações ambientais geradas pelo governo federal e estadual, e deverá ser organizado, mantido e atualizado sob responsabilidade da **SMMA**.

Parágrafo Único – A **SMMA** disponibilizará para consulta, para o Poder Público e para a sociedade, as informações do **SMINA**, observados os direitos individuais e o sigilo industrial.

Art. 83 – São objetivos do **SMINA** entre outros:

- I** - coletar e sistematizar dados e informações de interesse ambiental;
- II** - organizar os registros e as informações dos órgãos, entidades e empresas de interesse para o **SMINA**;
- III** - recolher e organizar dados e informações de origem multidisciplinar de interesse ambiental, para uso do Poder Público e da sociedade;
- IV** - a integração da base de dados municipal com outras bases de dados e informações federais, estaduais e municipais.

Art. 84 – O **SMINA** será organizado e administrado pela **SMMA** que proverá os recursos orçamentários, materiais e humanos necessários.

Art. 85 – O **SMINA** deverá conter:

- I** - o cadastro de entidades ambientalistas com ação no Município;
- II** - o cadastro de entidades populares com jurisdição no Município, que incluam, entre seus objetivos, a ação ambiental;
- III** - o cadastro de entidades, inclusive de caráter privado, com sede no Município, com ação na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;
- IV** - o cadastro de pessoas físicas e jurídicas, com sede no município, inclusive as empresas e entidades públicas da administração indireta, cujas atividades sejam modificadoras do meio ambiente;
- V** - o cadastro técnico federal de pessoas físicas e jurídicas que se dediquem à prestação de serviços de consultoria sobre questões ambientais;
- VI** - o cadastro de pessoas físicas e jurídicas que cometeram infrações às normas ambientais, incluindo as penalidades a elas aplicadas, no âmbito municipal;
- VII** - dados de qualidade, monitoramento, controle e planejamento ambiental;



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

VIII - dados e informações técnicas, bibliográficas, literárias, jornalísticas e outras de relevância para os objetivos do **SMINA**;

IX - dados e informações ambientais dos governos federais e estaduais referentes ao município de Itatiaia

X - outras informações pertinentes.

Art. 86 – O banco de dados ambientais, criado e mantido pela **SMMA**, atuará como instrumento de coleta e armazenamento de:

I - dados e informações de origem multidisciplinar e de interesse ambiental, para uso do poder público e da sociedade;

II - dados de qualidade ambiental, de bacia hidrográfica, de bacia aérea, hidrometeorológicos, de Faixa Marginal de Proteção ao corpo d'água - **FMP** e outros pertinentes;

III - dados de licenciamento ambiental, de penalidades aplicadas, de recursos deferidos e indeferidos, de termo de acordo ambiental - **TAC**, de estudo de impacto ambiental - **EIA** e respectivo relatório de impacto ambiental - **RIMA** e outros pertinentes;

IV - legislação ambiental, resolução do **COMDEMA**, resolução **CONAMA**, deliberação da Comissão Estadual de Controle Ambiental - **CECA** e

V - resultados de pesquisas e estudos realizados pelas universidades, órgãos públicos e empresas no município ou de interesse municipal.

SEÇÃO XII **DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

Art. 87 – A avaliação ambiental estratégica é o processo formal, sistemático e compreensivo da avaliação ambiental dos efeitos de uma política, plano ou programa e suas alternativas.

Art. 88 – As políticas, planos e programas municipais setoriais deverão ser submetidos à avaliação ambiental estratégica, sob a coordenação da **SMMA**.

SEÇÃO XIII **DA COBERTURA VEGETAL URBANA**

Art. 89 – Entendem-se como cobertura vegetal urbana a toda forma de vegetação existente no tecido urbano e periurbano, com enfoque principal para as seguintes situações:

I - árvores isoladas situadas nos espaços públicos;

II - árvores isoladas situadas nos espaços privados;

III - agrupamentos de árvores que formem bosques de qualquer tipo, situados nos espaços públicos;



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

IV - agrupamentos de árvores que formem bosques de qualquer tipo, situados nos espaços privados;

V - praças públicas ou privadas, quaisquer que sejam sua cobertura vegetal;

VI - parques públicos ou privados, quaisquer que sejam sua cobertura vegetal;

VII - demais tipos de vegetação que tenham função estética ou ecológica no tecido urbano ou periurbano.

Art. 90 – A **SMMA** definirá as atribuições para execução, acompanhamento, fiscalização e infrações relativas à cobertura vegetal urbana de Itatiaia, além do previsto neste Código e constantes na Lei 461 de 29 de outubro de 2007.

Art. 91 – A **SMMA** promoverá a adequação da vegetação dos espaços públicos já existentes, como já previstos em suas atribuições.

Art. 92 – Os novos programas para cobertura vegetal dos espaços públicos deverão ocorrer com planejamentos específicos de implantação e manutenção elaborados por especialistas.

Art. 93 – Os planos para a adequação das árvores já existentes bem como para novos plantios deverão ser apreciados pelo **COMDEMA**

Art. 94 – A **SMMA** estabelecerá um plano de implantação e manejo para praças e demais espaços públicos e privados com cobertura vegetal, levando em conta o zoneamento e os índices de qualidade de vida setoriais.

Parágrafo Único – Os projetos deverão ser executados por especialistas levando-se em conta as necessidades da população local e não os aspectos meramente estéticos.

Art. 95 – As solicitações para permissão de cortes de árvores deverão ser feitas no Setor de Protocolo da Prefeitura de Itatiaia, e o solicitante deverá apresentar cópia e original dos seguintes documentos: RG e CPF próprios, comprovante de residência e/ou título de propriedade da área e justificativa.

§ 1º - nos casos de impossibilidade do proprietário solicitar o corte, a solicitação poderá ser feita através de procuração emitida pelo proprietário.

§ 2º - em casos de residência alugada o proprietário do imóvel fará a solicitação, ou enviara procuração permitindo o corte.

§ 3º - nos casos de procuração, os documentos listados no “caput” deste artigo, terão de ser apresentados do procurador e do proprietário.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

§ 4º - junto à procuração deverá constar carta assinada pelo proprietário solicitando formalmente o corte.

§ 5º - em substituição às árvores retiradas por corte autorizado, na propriedade do requerente, poderá ser feito, também, como medida compensatória, a doação de mudas ao Horto Florestal Municipal, ou a doação de equipamentos e/ou materiais de consumo para a SMMA.

Art. 96 – Os cortes permitidos pela **SMMA**, não a obrigam realizar os serviços de corte ou poda das arvores solicitadas, caso o solicitante venha requerer que a PMI execute o serviço, este poderá ser realizado pela Secretaria competente e o serviço poderá ser cobrado.

Parágrafo Único – em casos de comprovada impossibilidade de o proprietário realizar o corte ou poda, com apresentação de atestado de carência emitidos pelo órgão responsável, o setor municipal competente poderá realizar o serviço de poda/corte.

Art. 97 – Munido do parecer de nada a opor ao corte ou poda, emitido pela **SMMA**, o solicitante deverá recolher **GRM** de realização de corte na Secretaria Municipal de Finança - **SMF**.

§ 1º - A taxa cobrada para prestação do serviço de corte pela SMMA é:

- a) de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para espécies arbóreas até 10 m de altura, cujo diâmetro basal seja até 0,60 cm,
- b) de R\$ 90,00 (setenta reais) para espécies acima de 10 metros, cujo diâmetro basal seja superior a 0,80 cm,
- c) de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para espécies até 10 metros de altura, cujo diâmetro basal seja até a 0,80 cm,
- d) de R\$ 200,00 (duzentos reais) para espécies acima de 10 metros de altura, cujo diâmetro basal seja superior a 0,80 cm.

Art. 98 – O comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento Municipal - **GRM**, deverá ser apresentado à secretaria municipal competente, para agendamento do corte.

Art. 99 – Os valores recolhidos através da **GRM** emitida para corte de arvores serão revertidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente - **FMMA**.

Art. 100 – os casos omissos serão avaliados pela **SMMA** e pelo **COMDEMA** no prazo de 30 dias a partir de sua solicitação

SEÇÃO XIV



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

DA ANÁLISE DE RISCO

Art. 101 – A análise de risco ambiental é um instrumento para a gestão ambiental que auxilia na tomada de decisões tanto em relação a novos empreendimentos como na elaboração de medidas mitigadoras de riscos potenciais ao meio ambiente e a população exposta.

Parágrafo Único – O relatório de risco ambiental será elaborado, no mínimo, a cada cinco anos, ficando a disposição dos interessados na **SMMA**.

Art. 102 – O relatório de análise de risco ambiental conterá, obrigatoriamente:

- I - levantamento de dados básicos de saúde da população;
- II - levantamento das características toxicológicas dos poluentes de impacto local;
- III - levantamento dos empreendimentos que podem provocar situação de risco, indicando as áreas críticas e as principais fontes;
- VI - avaliação da poluição sonora, indicando as áreas críticas e as principais fontes de emissão;
- V - avaliação da poluição do solo, indicando as áreas críticas e as principais fontes de poluição;
- VI - avaliação da poluição da água superficial e subterrânea, indicando as áreas críticas e as principais fontes de poluição;
- VII - levantamento hidrogeológico dentro dos limites municipais;
- VIII - todos os dados básicos para a elaboração do Relatório da Análise de Risco devem estar em base georreferenciada;
- IX - e demais informações pertinentes.

§ 1º - O relatório de análise de risco será baseado nas informações disponíveis nos diversos órgãos da administração direta e indireta do Município, do Estado e da União; em inspeções de campo, análises da água, do ar e do solo e no material contido no Banco de Dados Ambientais do Município.

§ 2º - A **SMMA**, enquanto não estiver devidamente aparelhada para as inspeções técnicas e análises necessárias para a elaboração do relatório da análise de risco ambiental, poderá firmar convênios com outros órgãos e entidades para sua realização.

SEÇÃO XV

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 103 – Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 104 – A educação ambiental prevê a atuação formal e informal, dentro e fora dos estabelecimentos de ensino, com as comunidades e toda a população do município, num processo permanente e participativo, de explicitação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com a gestão do meio ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que resultem no planejamento, preservação, defesa e melhoria do meio ambiente.

Art. 105 – A educação ambiental, em todos os níveis de ensino da rede municipal, e a conscientização pública para a preservação e conservação do meio ambiente, são instrumentos essenciais e imprescindíveis para garantir a sadia qualidade de vida da população.

Art. 106 – A **SMMA** coordenará programas de educação ambiental, na rede escolar municipal e na sociedade, em conjunto com outros órgãos e entidades responsáveis do município, devendo:

- I - apoiar ações voltadas para introdução da educação ambiental em todos os níveis de educação formal e informal;
- II - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino da rede municipal;
- III - fornecer suporte técnico e conceitual nos projetos ou estudos interdisciplinares das escolas da rede municipal voltados para a questão ambiental;
- IV - articular-se com entidades privadas e não governamentais para o desenvolvimento de ações educativas na área ambiental no Município, incluindo a formação e capacitação de recursos humanos e
- V - desenvolver ações de educação ambiental junto à população do Município.

SEÇÃO XVI **DOS MECANISMOS DE BENEFÍCIOS E INCENTIVOS AMBIENTAIS**

Art. 107 – O Poder Público Municipal estimulará e incentivará ações, atividades, procedimentos e empreendimentos, de caráter público ou privado, que visem à proteção, manutenção e ampliação da área verde urbana, recuperação do meio ambiente e a utilização sustentável dos recursos naturais, mediante concessão de vantagens fiscais, mecanismos e procedimentos compensatórios, apoio técnico, científico e operacional.

Art. 108 – Ao município compete estimular e apoiar pesquisas com vistas a desenvolver e testar tecnologias que garantam a preservação e conservação do meio ambiente.



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

TÍTULO IV

DO CONTROLE AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DA QUALIDADE AMBIENTAL E DO CONTROLE DA POLUIÇÃO

Art. 109 – É vedado o lançamento nas águas, no ar ou no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia, que cause comprovada poluição ou degradação ambiental.

Art. 110 – Sujeitam-se ao disposto neste Código todas as atividades, empreendimentos, processos, operações, equipamentos móveis ou imóveis, meios de transportes que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar poluição ou degradação do meio ambiente.

Art. 111 – O Poder Executivo, através da **SMMA**, tem o dever de determinar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição ou degradação do meio ambiente ou impedir sua continuidade, em casos de grave ou iminente risco para a saúde pública e o meio ambiente, observados as normas ambientais e correlatas.

Parágrafo Único – Em caso de episódio crítico e durante o período em que esse estiver em curso poderá ser determinada a redução ou paralisação de quaisquer atividades nas áreas abrangidas pela ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 112 – O Município poderá estabelecer padrões de qualidade ambiental e de lançamento de poluentes mais restritivos do que os fixados pelas legislações federal e estadual, conforme as necessidades locais.

Art. 113 – As revisões periódicas dos critérios e padrões de lançamentos de efluentes e de emissões poderão conter novos padrões, bem como substâncias ou parâmetros não incluídos anteriormente no ato normativo.

Art. 114 – Fica proibido:
A introdução no meio ambiente de substâncias tóxicas, cancerígenas, mutagênicas e teratogênicas, além dos limites e das condições permitidas pelas legislações e regulamentos dos órgãos de controle ambiental e correlatos.

CAPÍTULO II

DO SOLO

Art. 115 – A proteção do solo no Município visa:



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

- I - garantir o uso racional do solo urbano observadas às diretrizes ambientais contidas neste Código, na Lei Orgânica, no Plano Diretor Urbano e demais legislações municipais;
- II - garantir a utilização do solo cultivável pelo planejamento e pelo desenvolvimento, incentivo e disseminação de tecnologias de cultivo e metodologias de manejo;
- III - controlar a erosão, a contenção de encostas e o reflorestamento das áreas degradadas.



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

SEÇÃO I DOS RECURSOS MINERAIS

Art. 116 – Caberá a **SMMA** registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais no território municipal respeitada as legislações federal e estadual.

Art. 117 – A **SMMA** atuará, supletivamente, no acompanhamento da recuperação do meio ambiente degradado pela atividade de exploração de recursos minerais, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão estadual de meio ambiente e demais órgãos federais e estaduais.

SEÇÃO II DOS MOVIMENTOS DE TERRA

Art. 118 – Depende de prévia autorização dos órgãos Ambientais, Federal e Estadual, com a comunicação a **SMMA** do licenciamento obtido, a movimentação de terra para execução de aterro, desaterro e bota fora, quando implicarem sensível degradação ambiental, incluindo modificação indesejável da cobertura florestal, erosão, assoreamento e contaminação de coleções hídricas, poluição atmosférica ou descaracterização significativa da paisagem, conforme as seguintes dimensões:

I – se o tamanho da área for de até 800 m² (oitocentos metros quadrados), a movimentação de terra será considerada de **pequeno porte**;

II – se o tamanho da área for superior a 800 m² (oitocentos metros quadrados) e menor ou igual a 10.000m² (dez mil metros quadrados), a movimentação de terra será considerada de **médio porte**;

III – se o tamanho da área for acima de 10.000m² (dez mil metros quadrados), a movimentação de terra será considerada de **grande porte**;

Parágrafo Único – Quando o terreno estiver situado a menos de 30 (trinta) metros dos cursos d'água e a menos de 50 (cinquenta) metros de nascentes, a movimentação deverá ser obrigatoriamente e previamente licenciada pela **SMMA**, ressalvada a autorização dos Órgãos Ambientais, Federal e Estadual;

Art. 119 – Para quaisquer movimentos de terra, deverão ser previstos mecanismos de manutenção de estabilidade de taludes, rampas e platôs de modo a impedir e evitar os processos de erosão e as consequências advindas destas operações.

Parágrafo Único – O aterro ou desaterro deverá ser seguido de recomposição do solo e da cobertura vegetal adequada à contenção do carreamento de sólidos provenientes dos processos pluviais.



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO III DO AR

Art. 120 – Na implementação de programa municipal de gestão da qualidade do ar deverão ser observadas as diretrizes:

- I** - adoção das melhores tecnologias de processo industrial e de controle de emissão;
- II** - melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização da eficiência do balanço energético;
- III** - proibição de implantação ou expansão de atividades que possam resultar em violação dos padrões de qualidade do ar estabelecidos.

Art. 121 – A **SMMA** poderá, supletivamente, implantar e operar uma rede municipal de monitoramento da qualidade do ar.

Art. 122 – As atividades licenciadas deverão apresentar relatórios periódicos de monitoramento das emissões das fontes de poluição do ar, e de qualidade do ar, nos prazos determinados pela **SMMA**.

§ 1º - Os métodos de amostragem e análise de poluentes do ar utilizados deverão ser baseados em metodologias aprovadas nas legislações federal, estadual e municipal ou internacional, se for o caso

§ 2º - Os técnicos da **SMMA** terão acesso a todas as fases da amostragem e análise de poluentes do ar, incluindo procedimentos laboratoriais.

Art. 123 – Fica proibido:

- I** - a queima ao ar livre de materiais e resíduos que comprometam de alguma forma o meio ambiente e uma sadia qualidade de vida e
- II** - atividades e processos produtivos que emitam odores que possam criar incômodo e prejuízo à população.

CAPÍTULO IV DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 124 – O controle da emissão de ruídos no Município visa garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons decorrente de quaisquer atividades sociais e/ou recreativas privadas, desenvolvidas em ambientes fechados, residenciais, ou não, obedecerão aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidas nesta Lei e na legislação vigente de âmbito estadual e federal.



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

Art. 125 – A **SMMA** estabelecerá o programa municipal de controle dos ruídos urbanos e fiscalizar e controlar as fontes de poluição sonora.

Parágrafo Único – os trabalhos de fiscalização serão exercidos pelos técnicos da SMMA em parceria com técnicos de Segurança do Trabalho da Prefeitura.

Art. 126 – O serviço sonoro de propaganda móvel, realizado através de auto-falantes em veículos trafegando sobre via pública, ou fixo, realizado através de auto-falantes instalados no interior ou em portas de estabelecimentos comerciais ou não, observará, necessariamente o seguinte:

I - é atividade sazonal, limitada, disciplinada por ato de autoridade responsável pela **SMMA**, quanto aos locais, dias e horários e circunstâncias propícias, toleráveis, ao seu exercício, desde que não causem incômodo à vizinhança e nem perturbação do sossego público;

II - a empresa ou profissional autônomo, responsável pelo serviço, terá que possuir cadastro junto a **SMMA**;

III - os equipamentos de difusão sonora serão previamente inspecionados pela **SMMA** em parceria com técnico da segurança do trabalho, ocasião em que os padrões de emissão serão definidos observando as normas estabelecidas nesta Lei e na legislação vigente de âmbito estadual e federal;

IV - respondem pelas infrações ao disposto nesta lei, solidariamente, tanto a empresa ou profissional autônomo, responsável pelo serviço, como seu contratante.

Art. 127 – Os estabelecimentos, instalações ou espaços destinados ao lazer, cultura, hospedagem, diversões ou culto religioso, que podem adequar-se aos mesmos padrões de uso residencial ou que impliquem na fixação de padrões especiais para os níveis de ruídos e vibrações, deverão dispor de tratamento acústico que limite a passagem do som para o exterior, caso suas atividades utilizem fonte sonora, com transmissão ao vivo ou por amplificadores.

Art. 128 – A solicitação das Licenças Ambientais para os estabelecimentos descritos no artigo anterior, será instruída com os documentos exigidos pela legislação em vigor, acrescidas das seguintes informações:

I - tipo (s) de atividades do estabelecimento e os equipamentos sonoros utilizados;

II - horário de funcionamento do estabelecimento;

III - capacidade de lotação máxima do estabelecimento;

IV - laudo técnico comprobatório de tratamento acústico, assistido por pessoa habilitada;



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

V - descrição dos procedimentos recomendados pelo laudo técnico para o perfeito desempenho da proteção acústica do local.

Art. 129 – O laudo técnico mencionado no inciso “IV” deverá atender, dentre outras exigências legais, às seguintes disposições:

I - ser elaborado por profissional ou empresa idônea, não fiscalizadora, especializada na área;

II - trazer assinatura de todo (s) o (s) profissional (is) que elaboraram, acompanhada de nome completo e habilitação quando o profissional for inscrito em um Conselho, constar o respectivo número do registro;

III - ser ilustrado em planta ou “*layout*” do imóvel, indicando os espaços protegidos;

IV - conter a descrição detalhada do processo acústico instalado no imóvel, incluindo as características acústicas dos materiais utilizados;

V - perda de transmissão ou isolamento sonoro das partições preferencialmente em bandas de frequência de 1/3 (um terço) de oitava;

VI - comprovação técnica da implantação acústica efetuada;

VII - levantamento sonoro nas possivelmente impactadas através de testes reais ou simulados;

VIII - apresentação dos resultados obtidos contendo:

- normas legais seguidas;
- croquis contendo os pontos de medição.
- conclusões.

§1º- O Executivo representará denúncia ao conselho ao qual pertence o profissional responsável, solicitando aplicação de penalidades, se comprovada qualquer irregularidade na elaboração do laudo referido no “*caput*”, além de outras medidas cabíveis.

§2º- Na renovação da licença o estabelecimento deverá apresentar qualquer alteração na proteção acústica instalada e aprovada, assim como, qualquer alteração que implique modificação nos termos contidos no Alvará de Licença.

Art. 130 – Aos estabelecimentos que estiverem em perfeito funcionamento legal antes da publicação desta Lei, será concedido prazo improrrogável 180 (cento e oitenta) dias para adequarem-se aos seus termos.

Parágrafo Único – A Administração, através da **SMMA** em até 30 (trinta) dias após a publicação da presente Lei, comunicará, individualmente e por escrito, aos responsáveis pelos estabelecimentos já em funcionamento ou que já oficializaram solicitação de funcionamento, a vigência e o prazo mencionado no “*caput*” deste artigo.

Art. 131 – Será permitida, independentemente da zona de uso, horário e do ruído que produza, toda e qualquer obra de emergência pública ou



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

particular que, por sua natureza, objetive evitar colapso nos serviços de infraestrutura da cidade ou risco de integridade física da população.

Art. 132 – Quando constatada a infração adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - em caso de equipamentos sonoros, o responsável pela fonte sonora deverá ser intimado a diminuir o som de imediato até que se tenha o tratamento acústico adequado;

II - em casos de maquinário, a **SMMA** intimará à fonte poluidora a só operar dentro de horários restritos, até a execução do tratamento acústico adequado;

III - na ocorrência de reincidência deverá ser lavrado o respectivo Auto de Infração e a solicitação para o órgão competente proceder à cassação da licença de localização ou, se não houver, a devida interdição.

Art. 133 – Para efeito de emissão de ruídos consideram-se os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – **CONAMA**, que são:

I - período diurno: entre 07:00 (sete) horas e 22:00 (vinte e duas) horas;

II - período noturno entre 22:00 (vinte e duas) horas e 07:00 (sete) horas.

Parágrafo Único – No caso de alteração dos parâmetros pelo **CONAMA**, os mesmos poderão ser adotados pela **SMMA**.

Art. 134 – Para cada tipo de área e período, os níveis máximos de som permitidos, de acordo com o estabelecido pelo **CONAMA**, são os seguintes:

I - área de sítios e fazendas: diurno de 40 dB (quarenta decibéis), noturno de 35 dB (trinta e cinco decibéis);

II - área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas: diurno 50 dB (cinquenta decibéis), noturno de 45 dB (quarenta e cinco decibéis);

III - área mista predominantemente residencial: diurno 55 dB (cinquenta e cinco decibéis), noturno 50 dB (cinquenta decibéis);

IV - área mista com vocação comercial e administrativa: diurno 60 dB (sessenta decibéis), noturno 55 (cinquenta e cinco decibéis);

V - área mista com vocação recreacional: 65 dB (sessenta e cinco decibéis), noturno 55 dB (cinquenta e cinco decibéis);

VI - área predominantemente industrial: diurno 70 (setenta decibéis), noturno 60 dB (sessenta decibéis).

§1º- O Nível de Critério de Avaliação – **NCA** para ambientes internos é o nível indicado no presente artigo, com correção de 10 dB (dez decibéis) (a) para janela aberta e de 15 dB (quinze decibéis) (a) para janela fechada.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

§2º- No caso de alteração dos parâmetros pelo **CONAMA**, os mesmos serão adotados pela **SMMA**.



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 135 – Na implementação de programa municipal de gestão de recursos hídricos deverão ser observadas as diretrizes:

- I** - a articulação do planejamento de uso e preservação dos recursos hídricos com os congêneres nacionais e estaduais;
- II** - a adoção da região ou bacia ou sub-bacia hidrográfica como unidade básica de gestão de recursos hídricos;
- III** - a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade, e das características ecológicas dos ecossistemas;
- IV** - o controle das cheias, a prevenção das inundações, a drenagem e a utilização correta das várzeas;
- V** - a proteção das áreas de recarga dos aquíferos, contra a poluição e super exploração;
- VI** - a fiscalização da extração mineral nos corpos hídricos e nascentes, supletivamente as ações federal e estadual;
- VII** - o controle dos processos erosivos que resultem no transporte de sólidos, no assoreamento dos corpos d'água e da rede pública de drenagem;
- VIII** - a fiscalização, em articulação com o órgão estadual competente, do uso adequado das áreas marginais aos rios e lagoas e
- IX** - a articulação, com o órgão estadual de meio ambiente, do controle da poluição dos corpos hídricos.

Art. 136 – As diretrizes da gestão de recursos hídricos aplicam-se aos lançamentos de quaisquer efluentes líquidos, provenientes de atividades modificadoras do meio ambiente instaladas no município, em águas, superficiais ou subterrâneas, diretamente ou através de quaisquer meios de lançamento, incluindo redes de coleta e emissários.

Art. 137 – Os lançamentos de efluentes líquidos não poderão conferir aos corpos receptores características em desacordo com os critérios e padrões de qualidade de água estabelecidos nas legislações federal, estadual e municipal.

Art. 138 – A captação de água, interior, superficial ou subterrânea, deverá atender às legislações federais e estaduais.

Art. 139 – As atividades licenciadas deverão apresentar relatórios periódicos de monitoramento dos efluentes líquidos, nos prazos determinados pela **SMMA**.

§ 1º - Os métodos de coleta e análise de efluentes líquidos utilizados deverão ser baseados em metodologias aprovadas nas legislações federal, estadual e municipal ou internacional, se for o caso.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

§ 2º - Os técnicos da **SMMA** terão acesso a todas as fases da coleta e análise de efluentes líquidos, incluindo procedimentos laboratoriais.

Art. 140 – A **SMMA** deverá participar, em conjunto com o órgão estadual de meio ambiente, do estudo sobre a classificação das águas e o enquadramento dos corpos d'água das bacias hidrográficas em seu território.

Art. 141 – A **SMMA** deverá participar, juntamente com o órgão estadual competente, nos procedimentos para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos.

Art. 142 – A **SMMA** deverá participar, juntamente com os órgãos estaduais competentes, da criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica e dos consórcios e das associações intermunicipais de bacias hidrográficas, que incluam o município de Itatiaia.

Art. 143 – Fica proibido:

- I - o lançamento, direto ou indireto em corpos d'água de qualquer efluente líquido em desacordo com o estabelecido nas legislações federal, estadual e municipal e
- II - o lançamento de poluentes nos mananciais sub-superficiais.

CAPÍTULO VI **DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

Art. 144 – Os serviços de abastecimento de água e coleta, tratamento e disposição final de esgotos, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle da **SMMA**, supletivamente às exigências de outros órgãos competentes.

Art. 145 – Os lançamentos finais dos sistemas públicos e particulares de coleta de esgotos sanitários deverão ser precedidos, no mínimo, de tratamento primário completo, na forma da lei.

Art. 146 – Todos os empreendimentos de sistemas de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário urbano e rural deverá se submeter ao licenciamento ambiental no cumprimento das determinações das legislações federal, estadual e municipal e seus regulamentos.

Art. 147 – Os órgãos e concessionárias responsáveis pela operação do sistema de abastecimento público de água deverão adotar as



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

normas e o padrão de potabilidade estabelecidos pelas legislações federais e estaduais.

Art. 148 – Os órgãos e concessionárias a que se refere o Artigo anterior estão obrigados a adotar as medidas técnicas corretivas destinadas a sanar as falhas que impliquem inobservância das normas e do padrão de potabilidade da água.

Art. 149 – A **SMMA** manterá público o registro permanente de informações sobre a qualidade da água dos sistemas de abastecimento.

Art. 150 – É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e sua ligação à rede pública coletora para esgoto.

Parágrafo Único – Quando não existir rede coletora de esgotos, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação da **SMMA**, sem prejuízo das de outros órgãos, que fiscalizará a sua execução e manutenção.

Art. 151 – Fica proibido:

- I - o lançamento de esgotos “in natura” no corpo receptor ou na rede de drenagem de águas pluviais e
- II - o lançamento de esgotos “in natura” nos mananciais sub-superficiais.

CAPITULO VII

DA DRENAGEM URBANA

Art. 152 – O programa municipal de drenagem urbana deverá ser previamente, submetido à avaliação ambiental estratégica, sob a coordenação da **SMMA**.

Art. 153 – Todos os empreendimentos de drenagem urbana, micro e macro-drenagem, deverão ser submetidos ao licenciamento ambiental no cumprimento das legislações federal, estadual e municipal e seus regulamentos.

CAPÍTULO VIII

DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 154 – A coleta, transporte, tratamento e disposição final do lixo urbano de qualquer espécie ou natureza, processar-se-á em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem-estar público ou ao meio ambiente.

Art. 155 – Fica proibido:

- I - a deposição indiscriminada de lixo em áreas urbanas ou rurais;



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

- II - a queima e a disposição final de lixo a céu aberto;
- III - a utilização de lixo "in natura" para alimentação de animais e adubação orgânica;
- IV - o lançamento de lixo em água de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, e áreas erodidas;
- V - o assoreamento de fundo de vale através da colocação de lixo, entulhos e outros materiais.

Art. 156 – A **SMMA** poderá estabelecer zonas urbanas, onde a seleção do lixo deverá ser efetuada em nível domiciliar, para posterior coleta seletiva.

Art. 157 – É obrigatório a coleta, transporte e destinação final do lixo hospitalar, sempre obedecidas as legislações federal, estadual e municipal.

Art. 158 – Não é permitido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular resíduos sólidos no solo, sem prévia consulta a **SMMA**.

§ 1º O lixo domiciliar ou os dos estabelecimentos comerciais deverão ser acondicionados adequadamente e colocados para a coleta na calçada defronte da residência ou ao próprio estabelecimento, próximo do horário de passagem do veículo coletor, conforme definido pelo poder Público, observando o seguinte:

- a) o lixo domiciliar deve ser, preferencialmente, acondicionado em sacos plásticos devidamente vedados;
- b) o lixo de estabelecimentos comerciais, além do adequado acondicionamento, deve ser isento de líquidos e oleosos, cujo tratamento e disposição são de responsabilidade exclusiva do proprietário;
- c) os estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços localizados em áreas incluídas no sistema mecanizado de coleta de lixo, que produzam lixo com composição similar ao lixo domiciliar, em volume igual ou maior que 100 (cem) litros, serão obrigados a acondicionarem seus resíduos em contentores de acordo com a padronização estabelecida pela Autoridade Municipal.

§ 2º Fica proibido o lançamento de lixo e/ou entulhos nas margens e interior dos corpos hídricos do Município.

§ 3º Poderá a **SMMA** editar Resolução para normatizar as condições e exigências para celebração de convênios que possibilitem a utilização do lixo verde nas atividades comerciais e industriais.

§ 4º Caberá a **SMMA** instituir o quantitativo e o prazo de utilização de caçambas para depósito de entulhos, quando sejam fornecidas pelo Poder Público.



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

§ 5º Compete ao gerador de resíduos poluentes ou potencialmente poluentes a responsabilidade por sua coleta, acondicionamento, tratamento e disposição e dar destinação adequada.

Art. 159 – Poderá ser autorizada a compostagem de resíduos naturais ou lixo orgânico desde que devidamente licenciadas pela SMMA e, atendidas as normas técnicas e disposições legais e ambientais vigentes.

Art. 160 – Cada proprietário, ou ocupante titular, é responsável pelo acondicionamento do lixo e demais detritos produzidos por seu imóvel.

Art. 161 – Qualquer prédio multifamiliar ou comercial que vier a ser construído ou reformado deverá ser dotado de abrigo para recipiente de lixo, conforme especificações da **SECPLAN**.

Art. 162 – Serão obrigatoriamente submetidos a tratamento especial, em observação à legislação vigente, tanto municipal, estadual e federal:

I - resíduos sólidos declaradamente contaminados, considerados contagiosos ou suspeitos de contaminação, provenientes de estabelecimentos hospitalares, laboratórios, farmácias, drogarias, clínicas, maternidades, casas de saúde, necrotérios, prontos-socorros, sanatórios, consultórios e congêneres;

II - materiais biológicos, restos de tecidos orgânicos, restos de órgãos humanos ou animais, restos de laboratórios de análises clínicas e de anatomia patológica, animais de experimentação e outros materiais similares;

Art. 163 – A terceirização de serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos não isenta a responsabilidade do gerador pelos danos que vierem a ser provocados.

Art. 164 – O lixo proveniente de feiras livres, comércio ambulante ou temporário, e demais eventos autorizados pela Prefeitura deverá ser acondicionado e colocado para coleta conforme previamente estabelecido pela **SMMA**.

Art. 165 – Não será permitida a instalação ou operação de incineradores em edificações residenciais, comerciais e de prestação de serviços, em todo o Município de Itatiaia, ressalvado os que sejam decorrentes de licenciamento dos órgãos ambientais, Federal e Estadual.

Art. 166 – A coleta de lixo, no Município de Itatiaia, deverá ser efetuada preferencialmente, de forma seletiva, isto é, havendo recolhimento diferenciado dos resíduos separados pela comunidade nas próprias fontes geradoras, devendo este sistema atender a todos.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

Parágrafo Único – Caberá ao Chefe do Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, editar decreto regulamentando a implementação da coleta seletiva de lixo, tanto nas unidades residenciais, como também, comerciais e industriais.

Art. 167 – A utilização de resíduos por terceiros como matérias-primas, não exclui a responsabilidade do gerador mesmo após este sofrer transformações que os descaracterizem como tal.

Art. 168 – Não será permitido no Município resíduos de qualquer natureza que o tratamento e a disposição final não tenham sido gerados por atividades do próprio Município, sem a prévia consulta a **SMMA**.

Art. 169 – Todos os óleos lubrificantes residuais e outras substâncias líquidas contaminadas por óleos lubrificantes devem ser mantidos em tambores de no mínimo, 200 (duzentos) litros, ou em tanques de maior capacidade, no aguardo de comercialização com empresas credenciadas para o fim pelo Departamento Nacional de Combustíveis – DNC e observarem ainda:

- I - a comprovação da comercialização se dará por Nota Fiscal de Compra, expedida pela empresa coletora;
- II - o local de armazenagem dos tambores, ou do tanque, deverá possuir dique de contenção compatível com o volume armazenado;

CAPÍTULO IX **DOS RESÍDUOS PERIGOSOS**

Art. 170 – O programa municipal de gestão de resíduos perigosos deverá ser previamente, submetido à avaliação ambiental estratégica, sob coordenação da **SMMA**.

Art. 171 – A **SMMA** proporá e o **COMDEMA** estabelecerá diretrizes e normas técnicas de armazenagem, transporte, coleta e destinação final de resíduos perigosos; organizará a relação de substâncias, produtos, resíduos perigosos proibidos de uso e destinação final no Município.

CAPÍTULO X **DOS AGROTÓXICOS, COMPONENTES E AFINS**

Art. 172 – A **SMMA** deverá atuar, na forma da lei, supletivamente às ações de fiscalização da União e do Governo Estadual, no uso e armazenamento dos agrotóxicos, componentes e afins.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

Art. 173 – A **SMMA** deverá atuar, supletivamente, às ações da União e do Governo Estadual, na promoção de ações educativas quanto ao uso de agrotóxicos.



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO XI DA FAUNA E DA FLORA

Art. 174 – Caberá à SMMA:

§1º - Proteger e preservar a flora e a fauna, as espécies ameaçadas de extinção, as vulneráveis e raras, fiscalizar e combater as práticas que submetam os animais a crueldade, por ação direta do homem sobre os mesmos.

§2º - Estimular e promover reflorestamento em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos.

§3º - Coibir e fiscalizar a comercialização e apreensão em cativeiro de espécies da fauna silvestre e de produtos dela derivados.

§4º - Coibir e fiscalizar a comercialização de espécies da flora nativa e de produtos dela derivados.

Art. 175 – Somente após autorização do **IBAMA** e **ICMBIO**, a **SMMA** poderá conceder autorizações especiais para iniciativas científicas e de pesquisa para a realização de projetos relacionados à flora nativa e fauna silvestre.

Parágrafo Único – A **SMMA** disponibilizará, para consulta pública, os relatórios finais dos projetos autorizados.

Art. 176 – A **SMMA** fiscalizará, supletivamente, o licenciamento ambiental de criadouros de espécies da fauna silvestre e de viveiros de espécies da flora nativa, inclusive os de fins comerciais.

Art. 177 – A **SMMA** fiscalizará, em conjunto com outros órgãos públicos, o comércio ilegal de espécies da fauna silvestre e da flora nativa.

CAPÍTULO XII DA POLUIÇÃO ESTÉTICA

Art. 178 – É considerada poluição estética qualquer limitação à visualização pública de monumento natural e de atributo cênico do meio ambiente natural ou construído.

Art. 179 – A exploração ou utilização de veículos de divulgação, presentes na paisagem urbana e visível dos logradouros públicos, só poderá ser promovida, por pessoas físicas ou jurídicas, desde que autorizadas pela **SMMA**.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

Parágrafo Único – Todas as atividades que industrializem, fabriquem ou comercializem veículos de divulgação ou seus espaços, devem ser cadastradas na **SMMA**.

Art. 180 – São considerados anúncios quaisquer indicações executadas sobre veículos de divulgação presentes na paisagem urbana, visíveis dos logradouros públicos, cuja finalidade seja a de promover estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, empresas, produtos de quaisquer espécies, idéias, pessoas ou coisas, classificando-se em:

I - anúncio indicativo: indica ou identifica estabelecimentos, propriedades ou serviços;

II - anúncio promocional: promove estabelecimentos, empresas, produtos, marcas, pessoas e idéias;

III - anúncio institucional: transmite informações do poder público, organismos culturais, entidades representativas da sociedade civil, entidades beneficentes e similares, sem finalidade comercial;

IV - anúncio orientador: transmite mensagens de orientações, tais como de tráfego ou de alerta;

V - anúncio misto: é aquele que transmite mais de um dos tipos anteriormente definidos.

CAPÍTULO XIII **TELECOMUNICAÇÕES**

Art. 181 – A **SMMA** atuará, supletivamente às ações da União, no que se refere à exposição da população a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos associados à operação das estações de radiocomunicações devendo ser observados a legislação federal e os regulamentos da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

CAPÍTULO XIV **DAS ATIVIDADES PERIGOSAS**

Art. 182 – São consideradas atividades perigosas àquelas que implicam no emprego e na manipulação de produtos ou substâncias com características de corrosividade, inflamabilidade, reatividade ou toxicidade, conforme definidas em normas técnicas.

Art. 183 – A **SMMA** controlará e fiscalizará a manipulação, produção, estocagem, transporte, comercialização e utilização de produtos ou substâncias perigosas.



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

SEÇÃO I

DO TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS

Art. 184 – As operações de transporte, manuseio e armazenagem de cargas perigosas, no território do Município, devem atender às legislações federal, estadual e municipal.

Art. 185 – São consideradas cargas perigosas, para os efeitos deste Código, aquelas constituídas por produtos ou substâncias efetiva ou potencialmente nocivas à população, aos bens e ao meio ambiente, assim definidas e classificadas pelo CONAMA, Ministério dos Transportes, Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) e demais legislações aplicáveis.

CAPÍTULO XV

DO TURISMO

Art. 186 – Os programas que estimulem o Turismo Ecológico deverão ser previamente, submetidos à avaliação ambiental estratégica, sob coordenação da **SMMA**.

Art. 187 – A **SMMA** deverá participar, em conjunto com os outros órgãos públicos responsáveis (federal, estadual e municipal), das atividades de promoção do investimento público e privado no setor turístico.

TÍTULO V

DO PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 188 – A **SMMA** é órgão competente do Poder Executivo Municipal para o exercício do poder de polícia.

Art. 189 – A fiscalização do cumprimento das disposições deste Código e das normas dele decorrentes será realizada por servidores públicos designados especialmente para esta função, lotados na **SMMA**.

Art. 190 – Considera-se para os fins deste Código os seguintes conceitos:

I - Apreensão: ato material decorrente do poder de polícia consistente no dever-poder da SMMA de assenhorear-se de objeto ou produto resultante de fiscalização;



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

- II - Auto:** instrumento de assentamento que registra, mediante Termo circunstanciado, os fatos que interessam ao exercício do poder de polícia;
- III - Auto de Constatação:** registra a irregularidade constatada no ato da fiscalização, atestando o descumprimento pretérito ou iminente da norma ambiental e adverte o infrator das sanções administrativas cabíveis;
- IV - Auto de Infração:** registra o descumprimento de norma ambiental e consigna a sanção pecuniária cabível;
- V - Demolição:** destruição forçada de obra incompatível com a norma ambiental;
- VI - Embargo:** é a suspensão ou proibição da execução de obra de implantação de empreendimento;
- VII - Fiscalização:** toda e qualquer ação do agente fiscal credenciado visando o exame e verificação do atendimento às disposições contidas na legislação ambiental, no seu regulamento e nas normas dele decorrentes;
- VIII - Infração:** é o ato ou emissão contrário à legislação ambiental, a este Código e às normas dele decorrentes;
- IX - Infrator:** é a pessoa física ou jurídica cujo ato ou omissão, de caráter material ou intelectual, provocou ou concorreu para o descumprimento da norma ambiental;
- X - Interdição:** é a limitação, suspensão ou proibição do uso de construção, exercício de atividade ou condução de empreendimento;
- XI - Intimação:** é a ciência ao administrado da infração cometida, da sanção imposta e das providências exigidas, consubstanciada no próprio Auto ou em Edital;
- XII - Multa:** é a imposição pecuniária singular, diária ou cumulativa, de natureza objetiva a que se sujeita o administrado em decorrência da infração cometida;
- XIII - Notificação:** é o meio de informação ao infrator para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções;
- XIV - Poder de Polícia:** é a prerrogativa da Administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse, atividade ou empreendimento, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à proteção, controle ou conservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida no Município de Itatiaia;

Art. 191 – A **SMMA** poderá solicitar a força policial sempre que necessário para exercer a ação fiscalizadora.

Art. 192 – Aos fiscais da **SMMA** compete:

- I** - efetuar visitas e vistorias;
- II** - verificar a ocorrência da infração;
- III** - lavrar auto correspondente fornecendo cópia ao autuado;
- IV** - elaborar Relatório de Vistoria;
- V** - exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva;



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

VI - proceder à apreensão de material e conduzir o infrator quando for o caso, perante a autoridade policial para lavratura da ocorrência e flagrante delito;

VII - interditar, mediante auto de interdição, as atividades que ponham em risco o meio ambiente e/ou que não possuam o licenciamento ambiental.

Art. 193 – A fiscalização do cumprimento das disposições deste Código e das normas, bem como das legislações ambientais federais e estaduais, será realizada pelos fiscais lotados na **SMMA**.

§ 1º - A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, observado o processo administrativo previsto nesta lei, sob pena de co-responsabilidade.

§ 2º - Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá provocar a atuação das autoridades responsáveis pelo controle e fiscalização ambientais, para efeito do exercício de seu poder de polícia administrativa.

Art. 194 – A fiscalização e a aplicação de penalidades e que tratam este Código dar-se-ão por meio de:

- I** - Auto de Constatação;
- II** - Auto de Infração;
- III** - Auto de Notificação;
- IV** - Auto de Intimação;
- V** - Auto de Apreensão;
- VI** - Auto de Interdição;
- VII** - Auto de Demolição.

§ 1º - Os Autos serão sempre lavrados em 04 (quatro) vias destinadas:

- a) a primeira, ao autuado;
- b) a segunda, ao processo administrativo;
- c) a terceira, ao fiscal autuante;
- d) a quarta, ao arquivo da **SMMA**.

§ 2º - Todos os modelos dos talonários dos Autos de que trata este Código serão regulamentados, por meio de Decreto, pelo chefe do Poder Executivo, sendo certo que terão que ser obrigatoriamente numerados sequencialmente, e todo e qualquer cancelamento terá que conter, em seu verso:

- a) os motivos ou justificativas legais para o cancelamento;
- b) a assinatura do fiscal autuante;
- c) a remessa das 04 (quatro) vias do Auto para arquivo junto à **SMMA**.

Art. 195 – O processo administrativo de apuração e punição por infrações à legislação ambiental terá início com a lavratura do Auto de



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

Constatação de Infração Ambiental por determinação de autoridade competente, que conterà:

- I - a identificação do interessado;
- II - o local, a data e à hora da infração;
- III - a descrição da infração ou infrações e a menção do(s) dispositivo(s) legal(s) transgredidos;
- IV - a(s) penalidade(s) a que está sujeito o infrator e o(s) respectivo(s) preceito(s) legal(s) que autoriza a sua imposição; e
- V - assinatura da autoridade responsável.

Art. 196 – O Auto de Infração será lavrado com base no Auto de Constatação e nos demais elementos do processo, pela Comissão Municipal de Controle Ambiental – **CMCA**, que conterà:

- I - o valor e o prazo para o recolhimento da multa;
- II - o prazo para interposição de recurso;
- III - todas as provas, informações e dados hábeis à adequada instrução do processo, necessários à tomada de decisão, trazidos pela administração e/ou pelo interessado.
- IV - o infrator tomará conhecimento do Auto das seguintes formas:

§ 1º - pelo autuante, mediante assinatura do infrator, ou,

§ 2º - por via postal, com prova de recebimento ou,

§ 3º - por Edital, nas demais circunstâncias.

CAPÍTULO II **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DAS PENALIDADES**

Art. 197 – Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão dolosa ou culposa que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Parágrafo Único – As infrações administrativas ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, observadas as disposições desta lei.

Art. 198 – As infrações administrativas serão punidas como as seguintes sanções, observadas as circunstâncias atenuantes e agravantes:

- I - multa simples;
- II - multa diária;



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

- III - apreensão de animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, apetrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
- IV - destruição ou inutilização do produto ou objeto da ação fiscalizatória;
- V - suspensão de venda e fabricação do produto;
- VI - embargo de obra ou atividade;
- VII - demolição de obra;
- VIII - suspensão parcial ou total das atividades;
- IX - interdição do estabelecimento;
- X - restritiva de direitos;
- XI - reparação dos danos causados.

§ 1º - Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º - A Intimação ou Notificação será aplicada pela inobservância das disposições deste Código e da legislação em vigor, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º - A multa simples será aplicada sempre que o infrator, por negligência ou dolo:

- consumir infração ambiental;
- advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las no prazo assinalado pela **SMMA**;
- notificado, deixar de atender às determinações da autoridade ambiental competente.
- dificultar a fiscalização dos agentes da fiscalização da **SMMA**.

§ 4º - A multa simples poderá ser convertida pela **SMMA** em prestação de serviços de melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, através de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, obrigatoriamente homologado pela **SMMA**, Procuradoria Geral do Município - **PGM**, sendo que:

- a) a preservação, melhoria e recuperação de que trata este parágrafo será feita mediante a apresentação de projetos técnicos de reparação;
- b) a **SMMA** poderá dispensar o infrator de apresentação de projeto técnico se a reparação não o exigir;
- c) cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa será reduzida de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor atualizado monetariamente;
- d) na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de reparação, que seja por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizado monetariamente será proporcional ao dano não reparado;
- e) os valores apurados nos incisos III e IV serão recolhidos no prazo de 05 (cinco) dias do recebimento da autuação;



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

§ 5º - A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo, até cessar a ação degradadora ou até celebração de termo de compromisso com o órgão municipal, visando à reparação do dano causado.

§ 6º - Os valores das multas, a que se referem os parágrafos 3º, 4º e 5º, deverão ser creditados em conta específica do **FMMA** através de boletos expedidos e retirados na **SMMA**.

§ 7º - A apreensão e a destruição ou inutilização, referidas nos incisos III, IV e V do “caput”, obedecerão ao seguinte:

- a) os animais serão libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados;
- b) tratando-se de produtos perecíveis ou madeira, serão os mesmos avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares e outras com fins beneficentes; bem como às comunidades carentes, lavrando-se os respectivos Termos;
- c) os produtos e subprodutos da fauna, não perecíveis, serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais e
- d) os equipamentos, os apetrechos e os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização através da reciclagem, e observados, no que couber, o princípio de licitação, sendo os valores apurados revertidos para o **FMMA**.
- e) caso os instrumentos, a que se refere o inciso anterior tenham utilidade para uso nas atividades dos órgãos ambientais e de entidades científicas, culturais, hospitalares, penais, militares, ou outras entidades públicas ou não, mas que tenham fins beneficentes poderão ser doados a estas, após prévia avaliação da **SMMA**.
- f) tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, seja destinação final ou destruição, serão determinadas pela **SMMA** e correrão a expensas do infrator;
- g) os veículos e embarcações utilizados na prática da infração que forem apreendidos pela autoridade competente somente serão liberados mediante o pagamento da multa, ou o oferecimento da defesa ou a impugnação, podendo ser os bens confinados a fiel depositário, a critério da **SMMA**.
- h) fica proibida transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, instrumentos, apetrechos, equipamentos e veículos de que trata este parágrafo, salvo expressa autorização concedida pela **SMMA**.

§ 8º - As sanções, indicadas nos incisos VI, VII e IX, do “caput” deste artigo, serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às determinações legais ou regulamentares.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

§ 9º-A determinação da demolição de obra, de que trata o inciso VII do “*caput*” deste artigo, que poderá se dar a partir da efetiva constatação pelo agente autuante da gravidade do dano decorrente da infração, ocorrerá à custa do infrator, sem ônus ao Poder Público.

§ 10º - As penalidades previstas nos incisos VIII e IX do “*caput*” deste artigo serão aplicadas pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, por proposta fundamentada do agente ambiental, conforme razões de interesse público expostas expressamente.

Art. 199 - As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

- I - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;
- II - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;
- III - proibição de contratação com a Administração Pública pelo período de até três anos;
- IV - suspensão de registro, licença, permissão ou autorização;
- V - cancelamento de registro, licença, permissão ou autorização.

Art. 200 – Independente da aplicação de quaisquer sanções, o infrator será obrigado a reparar ou indenizar os danos ambientais por ele causados.

Art. 201 – A multa, sempre que possível, terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art. 202 – O cometimento de nova infração, por infrator beneficiado com a conversão de multa simples em prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, implicará na aplicação de multa pelo dobro do valor daquela anteriormente imposta.

Art. 203 – Constitui reincidência a prática de nova infração ambiental praticada pelo mesmo infrator, classificada como:

- I – específica: cometimento de infrações da mesma natureza; ou,
- II – genérica: cometimento de infrações ambientais diversas.

SEÇÃO I **DAS INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA**

Art. 204 – Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por unidade com acréscimo por exemplar excedente de:

I - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I do Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES e

II - R\$ 3.000,00 (três mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

§ 1º - Incorre nas mesmas multas quem:

- a) impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;
- b) modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural ou;
- c) vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem cativo ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

§ 3º - No caso de guarda de espécime silvestre, pode a autoridade competente deixar de aplicar as sanções previstas nesta Lei, quando o infrator espontaneamente entregar os animais, dentro do prazo estipulado pela autoridade, ao órgão ambiental competente.

§ 4º - São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou em águas jurisdicionais brasileiras.

Art. 205 – Introduzir espécime animal no Estado, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade competente:

Multa de R\$ 4.789,00 (quatro mil e setecentos e oitenta e nove reais), com acréscimo por exemplar excedente da autorização:

I - R\$ 112,00 (cento e doze reais), por unidade;

II - R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção (IN 03/2003) e do Anexo I da CITES () e

III - R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção (IN 03/2003) e do Anexo II da CITES.

Art. 206 – Coletar material zoológico para fins científicos sem licença especial expedida pela autoridade competente:



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

I - Multa de R\$ 113,00 (cento e treze reais), com acréscimos por exemplar excedente de:

II - R\$ 28,00 (vinte e oito reais), por unidade;

III - R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da CITES

IV - R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

Parágrafo Único – Incorrem nas mesmas multas:

I - quem utilizar, para fins comerciais ou esportivos, as licenças especiais a que se refere este artigo e

II - a instituição científica, oficial ou oficializada, que deixar de dar ciência ao órgão público competente das atividades dos cientistas licenciados no ano anterior.

Art. 207 – Praticar caça no Município:

Multa de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) com acréscimo por exemplar excedente de:

I - R\$ 300,00 (trezentos reais), por unidade;

II - R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da CITES

III - R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do anexo II da CITES.

Art. 208 – Comercializar produtos e objetos que impliquem a caça, perseguição, destruição ou apanha de espécimes da fauna silvestre:

Multa de R\$ 564,00 (quinhentos e sessenta e quatro reais), com acréscimo de R\$113,00 (cento e treze reais), por exemplar excedente.

Art. 209 – Praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Multa de R\$ 281,00 (duzentos e oitenta e um reais) a R\$ 1.120,00 (mil e cento e vinte reais) com acréscimo por exemplar excedente;

I - R\$113,00 (cento e treze reais) por unidade;

II - R\$ 5.640,00 (cinco mil e seiscentos e quarenta reais) por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da CITES



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

III - R\$ 2.700,00 (doze mil e setecentos reais) por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

Parágrafo Único – Incorrem nas mesmas multas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

Art. 210 – Provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes e lagoas:

Multa de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) a R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais).

SEÇÃO II **DAS INFRAÇÕES CONTRA A FLORA**

Art. 211 – Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-los com infringência das normas de proteção:

Multa de R\$ 800,00 (oitocentos reais), a R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) por hectare ou fração.

Art. 212 – Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente:

Multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) a 3.000,00 (três mil reais), por hectare ou fração, ou R\$ 300,00 (trezentos reais), por metro cúbico.

Art. 213 – Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação de acordo com as Leis 9.605/1998 e nº 9.985/2000, e às áreas de que trata o Artigo 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização:

Multa de 113,00 (cento e treze reais) a R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Art. 214 – Provocar incêndio em mata ou floresta:

Multa de R\$ 800,00 (oitocentos reais), por hectare ou fração queimada.

Art. 215 – Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), por unidade.

Art. 216 – Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais:



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

Multa simples de R\$ 800,00 (oitocentos reais), por hectare ou fração.

Art. 217 – Cortar ou transformar em carvão madeira de lei, assim classificada em ato do Poder Público, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não, em desacordo com as determinações legais:

Multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por metro cúbico.

Art. 218 – Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até o final beneficiamento: Multa Simples de R\$ 56,00 (cinquenta e seis reais) a R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais) por unidade, estéreo, quilo, mdc ou metro cúbico.

Parágrafo Único – Incorre nas mesmas multas, quem vende, expõem à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

Art. 219 – Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação:

Multa de R\$ 170,00 (cento e setenta reais) por hectare ou fração.

Art. 220 – Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos:

Multa de R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais) por árvore.

Art. 221 – Coletar, transportar, ou comercializar plantas ornamentais nativas silvestres, sem a devida autorização do órgão ambiental:

Multa de R\$ 28,00 (vinte e oito reais) a R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) por unidade.

Art. 222 – Comercializar motosserra ou utilizá-la em floresta ou demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade ambiental competente:

Multa simples de R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais) por unidade comercializada.

Art. 223 – Ingressar em Unidades de Conservação, conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente:

Multa de até R\$ 500,00 (quinhentos reais).



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

Art. 224 – Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas, objeto de especial preservação:

Multa de até R\$ 800,00 (oitocentos reais), por hectare ou fração.

Art. 225 – Explorar área de reserva legal, florestas e formação sucessoras de origem nativa, tanto de domínio público, quanto de domínio privado, sem aprovação prévia do órgão ambiental competente, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, manejo e reposição florestal:

Multa de R\$ 56,00 (cinquenta e seis reais) a R\$ 170,00 (cento e setenta reais) por hectare ou fração, ou por unidade, estéreo, quilo, mdc ou metro cúbico.

Art. 226 – Desmatar, a corte raso, área de reserva legal:

Multa de até R\$ 800,00 (oitocentos reais) por hectare ou fração.

Art. 227 – Fazer uso de fogo em área agropastoril sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida:

Multa de R\$ 500, 00 (quinhentos reais), por hectare ou fração.

Art. 228 – Cortar árvores no âmbito Municipal sem autorização da

SMMA

Multa de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por árvore.

SEÇÃO III

DAS INFRAÇÕES CONTRA A POLUIÇÃO E A OUTRAS AMBIENTAIS

Art. 229 – Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Multa de R\$ 500, 00 (quinhentos reais) a R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), ou multa diária.

§ 1º - Incorre nas mesmas multas quem:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos;

V - deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

§ 2º - As multas e demais penalidades de que trata este artigo serão aplicadas após laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando a dimensão do dano decorrente da infração.

Art. 230 – Executar pesquisa lavra ou extração de resíduos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença ou desacordo com a obtida:

Multa de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) a R\$ 564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais), por hectare ou fração.

Parágrafo Único – Incorre nas mesmas multas quem deixar de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.

Art. 231 – Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou em seus regulamentos:

Multa. de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) a R\$ 564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais).

§ 1º - Incorre nas mesmas penas, quem abandona os produtos ou substâncias referidas no “caput”, ou utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º - Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a multa é aumentada ao quíntuplo.

Art. 232 – Iniciar obras ou atividade, construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território local, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) a R\$ 564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais).

Art. 233 – Disseminar doença ou praga ou espécies que possam causar danos à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas:

Multa de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) a R\$ 564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais).

SEÇÃO IV **DAS INFRAÇÕES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O** **PATRIMÔNIO CULTURAL**



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

Art. 234 – Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I - bem especialmente protegido por lei, por ato administrativo ou por decisão judicial ou

II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica, prédios históricos, ou similar protegido por lei, por ato administrativo ou por decisão judicial:

Multa de R\$ 5.640,00 (cinco mil e seiscentos e quarenta reais) a R\$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais).

Art. 235 – Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Multa de R\$ 5.640,00 (cinco mil e seiscentos e quarenta reais) a 113.000,00 (cento e treze mil reais).

Art. 236 – Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Multa de R\$ 5.640,00 (cinco mil e seiscentos e quarenta reais) a R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

Art. 237 – Pichar, grafitar ou por qualquer meio conspurcar monumento urbano, ou edificação pública ou privada:

Multa de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) a R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais).

Parágrafo Único – Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada, em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a multa é aumentada em dobro.

SEÇÃO V **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO** **AMBIENTAL**

Art. 238 – Deixar, o comerciante, de apresentar declaração de estoque e valores oriundos de comércio de animais silvestres:

Multa de R\$ 113,00 (cento e treze reais) por unidade em atraso.

Art. 239 – Deixar de constar de propaganda comercial de agrotóxicos, seus componentes e afins em qualquer meio de comunicação,



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

clara advertência sobre os riscos do produto à saúde humana, aos animais e ao meio ambiente ou desatender os demais preceitos da legislação vigente:
Multa de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

SEÇÃO VI **DAS INFRAÇÕES RELATIVAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Art. 240 – Dar início à instalação de qualquer atividade ou testar qualquer equipamento sem possuir licença de instalação, quando esta for exigível, salvo se a demora na obtenção de licença não puder ser atribuída ao empreendedor:

Multa de R\$ 113,00 (cento e treze reais) a R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), se o infrator for pessoa física, e de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) a R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 241 – Instalar atividade ou testar qualquer equipamento em desacordo com as condições ou restrições estabelecidas na respectiva licença de instalação:

Multa de R\$ 113,00 (cento e treze reais) a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), se o infrator for pessoa física, e de R\$ 170,00 (cento e setenta reais) a R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 242 – Dar início ou prosseguir na operação de qualquer atividade sem possuir licença de operação, salvo se a demora na obtenção de licença não for atribuída ao empreendedor:

Multa de R\$ 113,00 (cento e treze reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), se o infrator for pessoa física, e de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) a R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 243 – Dar prosseguimento a operação de qualquer atividade depois de vencido o prazo de validade da respectiva licença de operação, salvo se já tiver sido protocolizado o respectivo pedido de renovação de licença:

Multa de R\$ 113,00 (cento e treze reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), se o infrator for pessoa física, e de R\$ 170,00 (cento e setenta reais) a R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 244 – Operar atividade licenciada em desacordo com as condições ou restrições estabelecidas na respectiva licença de operação:

Multa de R\$ 113,00 (cento e treze reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), se o infrator for pessoa física, e de R\$ 170,00 (cento e setenta reais) a R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), se o infrator for pessoa jurídica.

SEÇÃO VII **DAS OUTRAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS**

Art. 245 – Causar, por poluição da água, do ar ou do solo, incômodo ou danos materiais ou morais a terceiros:

Multa de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) a R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), se o infrator for pessoa física, e de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

reais) a R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), se o infrator for pessoa jurídica.

Art. 246 – Poluir o ar por emissão proveniente de fonte fixa ou móvel:

Multa de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) a R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

Art. 247 – Poluir o ar por queima de material de qualquer natureza ao ar livre:

Multa de R\$ 70,00 (setenta reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 248 – Poluir o ar por lançamento de resíduos gasosos ou de material particulado proveniente de fontes fixas ou móveis:

Multa de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) a R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

Art. 249 – Poluir o solo por lançamento de resíduos sólidos ou líquidos:

Multa de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) a R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

Art. 250 – Poluir, por qualquer forma ou meio, o solo ou corpos hídricos dificultando ou impedindo, ainda que temporariamente, o seu uso por terceiros:

Multa de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) a R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais).

Art. 251 – Causar degradação ambiental que provoque erosão, deslizamento, desmoronamento ou modificação nas condições hidrográficas ou superficiais:

Multa de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) a R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais).

Art. 252 – Dispor, guardar ou ter em depósito, ou transportar resíduos sólidos em desconformidade com a regulamentação pertinente:

Multa de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) a R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais).

Art. 253 – A produção de ruído não musical e/ou musical, por fonte fixa e/ou móvel, implicará multa, segundo o tipo de área em que se encontra a fonte, segundo o período, se diurno ou noturno, e segundo o nível de pressão sonora medidos em decibéis, conforme disposto na tabela com a relação dos níveis de ruídos não permitidos e suas respectivas sanções (Anexo I).



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

CAPITULO III DOS RECURSOS

Art. 254 – Ao autuado, ao qual será sempre assegurada a ampla defesa e o devido processo legal, poderá apresentar defesa escrita, ou por meio de procurador devidamente habilitado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do Auto, nos termos previstos no Artigo 236.

§ 1º O instrumento de defesa, sempre endereçado à autoridade e/ou colegiado julgador, deverá ser protocolado, mediante autenticação mecânica, do protocolo geral da Prefeitura Municipal de Itatiaia, no horário de expediente da mesma repartição, e fará parte do **Processo Administrativo Fiscal Ambiental – PAFIA** instaurado pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, sempre que houver a lavratura de um dos Autos previsto neste Código.

§ 2º A defesa deverá ser acompanhada de todos os documentos entendidos como relevantes, inclusive laudos e plantas, que sejam considerados como pertinentes.

§ 3º Anexada à defesa a **PAFIA**, será esta encaminhada a **SMMA** e, a seguir, ao fiscal autuante, para a elaboração da sustentação ao Auto num prazo de 30 (trinta) dias, após o que o processo será julgado numa primeira instância administrativa, no prazo de 30 (trinta) dias, pela Comissão Municipal de Controle Ambiental – CMCA.

§ 4º Após o julgamento pela **SMMA**, o **PAFIA** será devolvido ao Setor Administrativo da mesma Secretaria para que o Autuado seja intimado da decisão de primeira instância, através de publicação no órgão de Imprensa Oficial do Município.

• **§ 5º** O Autuado poderá, num prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da decisão da primeira instância, recorrer, em segunda e última instância administrativa, para a **Comissão Municipal de Controle Ambiental – CMCA**, do **COMDEMA** de Itatiaia.

Parágrafo Único – A **CMCA** constituída pelo Chefe do Executivo consistirá de um representante das Secretarias: SMF, SMMA, SMS, SMP, SMOSP, PGM e dois representantes da Sociedade Civil organizada inseridos no COMDEMA.

§ 6º O recurso endereçado ao colegiado julgador será protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itatiaia, que encaminhará a **CMCA**, para julgamento, num prazo de 30 (trinta) dias, devolvendo-o ao setor Administrativo da SMMA, para nova publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Município.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

Parágrafo Único - Caberá ao secretário Municipal de Meio Ambiente no prazo legal a convocação da CMCA para análise e julgamento dos recursos interpostos.

§ 7º O Presidente da **CMCA** realizará um sorteio entre seus membros para definir o relator do **CMCA**, que apresentará seu voto fundamentado em reunião previamente marcada, cujo local, dia e horário fixado no quadro de avisos da **SMMA**, tudo para que o Autuado, ou seu advogado, possa fazer uso da palavra, após apresentação do relatório, por até 10 (dez) minutos, sendo certo que poderá assistir a todo o julgamento.

§ 8º Os outros membros da **CMCA** poderão acompanhar o voto do Relator, discordar do voto, ou pedir vista do processo por um prazo máximo de 03 (três) dias.

§ 9º As decisões da **CMCA** serão tomadas pela maioria dos votos dos seus membros, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando houver.

§ 10º No caso de impedimento, momentaneamente ou efetivo, de algum membro, o Presidente da **CMCA** deverá solicitar ao Presidente do **COMDEMA** a nomeação de um substituto.

Art. 255 – Compete ao Presidente do CMCA:

- I - presidir e dirigir todos os serviços da **CMCA**, zelando pela sua regularidade;
- II - determinar as diligências solicitadas pelos membros;
- III - proferir voto de qualidade fundamentadamente;
- IV - assinar as decisões em conjunto com os membros da Comissão;
- V - anotar em formulário próprio, no corpo do **PAIFA**, o resultado do julgamento de segunda instância;
- VI - redigir todas as decisões.

Art. 256 – A CMCA deverá elaborar Regimento Interno para disciplinamento e organização dos seus trabalhos, submetendo-o ao **COMDEMA**, que o encaminhará ao Chefe do Poder Executivo para publicação.

Art. 257 – A CMCA realizará 01 (uma) sessão ordinária semanal e tantas extraordinárias quanto necessárias, dependendo do fluxo de processos.

Art. 258 – Todas as decisões do Secretário Municipal de Meio Ambiente que exonerar o Autuado do pagamento da multa serão submetidas à CMCA.



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

Art. 259 – Não sendo cumprida, nem impugnada, a sanção fiscal será declarada à revelia do infrator e permanecerá o processo na **SMMA**, pelo prazo de 20 (vinte) dias, para pagamento voluntário da multa.

§ 1º - Esgotado o prazo para pagamento voluntário da multa, sem que a mesma tenha sido liquidada a **SMMA** encaminhará o processo para a **Secretaria Municipal de Finanças** para que num prazo de 30 (trinta) dias adote providências administrativas visando à inscrição do débito em Dívida Ativa e o remeta à Procuradoria Geral do Município para que, no mesmo prazo, promova a execução do débito.

§ 2º - Os valores de todos os Autos de Infração lavrados serão corrigidos, anualmente e até o seu efetivo pagamento, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, editado pelo Governo federal, ou por qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo

§ 3º - Além da correção nos termos previstos no parágrafo anterior, as multas ambientais serão acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês, até ao seu pagamento, contados da data de trânsito em julgado da decisão administrativa referente à autuação.

TÍTULO IV **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 260 – As multas aplicadas com base nesta Lei poderão ter a sua exigibilidade suspensa, mediante a celebração de termo de compromisso ou de ajuste ambiental, a exclusivo critério do **Secretário Municipal de Meio Ambiente**, obrigando-se o infrator à adoção de medidas específicas para fazer cessar a degradação ambiental, sem prejuízo das demais medidas necessárias ao atendimento das exigências impostas pelas autoridades competentes.

§ 1º - O termo de compromisso ou de ajuste ambiental, com força de título executivo extrajudicial, disporá, obrigatoriamente, sobre:

I - o nome, a qualificação e o endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;

II - o prazo de vigência do compromisso que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de três anos, devendo, em caso de prorrogação – que não poderá ser superior a um ano – prever a aplicação de multa específica para cada cláusula descumprida;

III - a descrição detalhada de seu objeto, o valor do investimento previsto e o cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas trimestrais a serem atingidas;

IV - as multas que podem ser aplicadas à pessoa física ou jurídica compromissada, cujo valor não poderá ser superior ao valor do investimento



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

previsto, e os casos de extinção do compromisso, em decorrência do não cumprimento das obrigações nele pactuadas, sem prejuízo da possibilidade de o órgão ambiental exigir garantias reais ou fidejussórias para assegurar o cumprimento de obrigação;

V - elege-se o foro da cidade de Itatiaia competente para dirimir litígios entre as partes.

§ 2º - A protocolização de pedido de celebração de termo de compromisso ou de ajuste ambiental pelo infrator não suspende a apuração de infrações ambientais, nem a aplicação das sanções estabelecidas nesta Lei, nem o exime da responsabilidade de pagamento do respectivo passivo ambiental.

§ 3º - O infrator apresentará projeto técnico de reparação do dano;

§ 4º - O órgão ambiental poderá dispensar o infrator da apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§ 5º - Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, conforme avaliação a critério do órgão que houver celebrado o termo de compromisso ambiental, a multa poderá ser reduzida ou cancelada por ato do **Secretário Municipal de Meio Ambiente**.

§ 6º - O termo de compromisso ambiental poderá estipular a conversão parcial ou total das multas aplicadas em serviços de interesse ambiental ou na realização de obras de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, sem prejuízo das medidas previstas no “caput” deste artigo.

§ 7º - Persistindo a irregularidade ou revelando-se a atitude do infrator como meramente paliativa ou procrastinatória, serão cobradas as multas sustadas, com acréscimo de 30% (trinta por cento), sem prejuízo das multas que vierem a ser estipuladas no termo de compromisso ambiental.

Art. 261 – Todos os Termos de Ajustamento de Conduta – TAC que venham a ser celebrados pela **SMMA** deverão ser apreciados pelo **COMDEMA** que poderá ou não ratificar o que tenha sido estabelecido ou ajustado, observando ainda, o seguinte:

§ 1º - Na eventualidade de não serem aceitos os termos do TAC celebrado pela SMMA, pelo **COMDEMA**, o mesmo deverá sofrer as alterações técnicas que venham a ser indicadas pelo mesmo Conselho.

§ 2º - Deverá a **SMMA**, ouvir o **COMDEMA**, antes da celebração de qualquer Termo de Ajustamento de Conduta –TAC.

Art. 262 – Aplicam-se, subsidiariamente, as disposições contidas nesta Lei, toda a legislação ambiental vigente, estadual e federal, bem como as



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

resoluções e Instruções Normativas do **IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis e do **ICMBIO** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, do **CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente, do **INEA** – Instituto Estadual do Ambiente, da **ANA** - Agência Nacional de Águas, além das Normas Técnicas da **ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas e do **INMETRO** – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

Parágrafo Único – Poderá a **SMMA** utilizar-se de parâmetros técnicos que sejam admitidos e aceitos internacionalmente, em substituição as normas, limites e especificações estabelecidas pela **ABNT**.

Art. 263 – O Poder Executivo regulamentará esta Lei, mediante Decreto, a partir da data de sua publicação.

Art. 264 – O Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, no prazo de 180 dias, a contar da data da publicação desta lei, os projetos de lei necessários à regulamentação do presente código.

Art. 265 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itatiaia/RJ, 22 de maio de 2017.

EDUARDO GUEDES DA SILVA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Itatiaia

Gabinete do Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE NÍVEIS DE RUÍDOS NÃO PERMITIDOS E SUAS SANÇÕES

ÁREAS	PERÍODO DIURNO	MULTA (R\$)	PERÍODO NOTURNO	MULTA (R\$)
SÍTIOS e FAZENDAS	41 a 50 dB 51 a 60 dB 61 a 70 dB > 70 dB	480,00 770,00 970,00 1.500,00	36 a 45 dB 46 a 55 dB 56 a 65 dB 66 a 75 dB > 75 dB	450,00 900,00 1.400,00 1.900,00 2.400,00
ESTRITAMENTE RESIDENCIAL URBANA ou de HOSPITAIS ou ESCOLAS	51 a 60 dB 61 a 70 dB 71 a 80 dB > 80 dB	480,00 970,00 1.450,00 1.900,00	51 a 55 dB 56 a 65 dB 66 a 75 dB 76 a 85 dB > 85 dB	900,00 1.400,00 1.900,00 2.400,00 2.900,00



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

ANEXO II

RELAÇÃO DE NÍVEIS DE RUÍDOS NÃO PERMITIDOS E SUAS SANÇÕES

ÁREAS	PERÍODO DIURNO	MULTA (R\$)	PERÍODO NOTURNO	MULTA (R\$)
MISTA PREDOMINANTE ENTE RESIDENCIAL	56 a 65 dB 66 a 75 dB 76 a 85 dB > 85 dB	970,00 1.160,00 1.450,00 1.900,00	51 a 60 dB 61 a 70 dB 71 a 80 dB 81 a 90 dB > 90 dB	900,00 1.400,00 1.900,00 2.400,00 2.900,00
MISTA COM VOCAÇÃO COMERCIAL ADMINISTRATIVA	61 a 70 dB 71 a 80 dB 81 a 90 dB > 90 dB	970,00 1.900,00 2.400,00 2.900,00	56 a 65 dB 66 a 75 dB 76 a 85 dB 86 a 95 dB > 95 dB	1.400,00 1.900,00 2.400,00 2.900,00 3.300,00
MISTA COM VOCAÇÃO RECREACIONAL	66 a 75 dB 76 a 85 dB 86 a 95 dB > 95 dB	970,00 1.450,00 1.900,00 2.900,00	56 a 65 dB 66 a 75 dB 76 a 85 dB 86 a 95 dB > 95 dB	900,00 1.400,00 1.900,00 2.900,00 3.900,00
MISTA PREDOMINANTE ENTE INDUSTRIAL	71 a 80 dB 81 a 90 dB 91 a 100 dB > 100 dB	970,00 1.900,00 2.900,00 3.800,00	61 a 70 dB 71 a 80 dB 81 a 90 dB 91 a 100 dB > 100 dB	900,00 1.900,00 2.900,00 3.900,00 6.000,00



Prefeitura Municipal de Itatiaia *Gabinete do Prefeito*

APÊNDICES DE SIGLAS

- Agência Nacional de Águas - (**ANA**)
- Comissão Estadual de Controle Ambiental - (**CECA**)
- Comissão Municipal de Controle Ambiental - (**CMCA**)
- Conselho Municipal do Meio Ambiente - (**COMDEMA**)
- Conselho Nacional do Meio Ambiente - (**CONAMA**)
- Estudo de Impacto Ambiental - (**EIA**)
- Estudo Prévio de Impacto Ambiental - (**EPIA**)
- Faixa Marginal de Proteção - (**FMP**)
- Fundo Municipal de Meio Ambiente - (**FMMA**)
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - (**ICMBio**)
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - (**IBAMA**)
- Instituto Estadual do Ambiente - (**INEA**)
- Licença Municipal Prévia - (**LMP**)
- Licença Municipal de Instalação - (**LMI**)
- Licença Municipal de Operação - (**LMO**)
- Nível de Critério de Avaliação - (**NCA**)
- Processo Administrativo Fiscal Ambiental - (**PAFIA**)
- Relatório Ambiental Simplificado - (**RAS**)
- Relatório de Impacto Ambiental - (**RIMA**)
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente - (**SMMA**)
- Secretaria Municipal de Planejamento - (**SECPLAN**)
- Sistema Municipal de Informações Ambientais - (**SMINA**)
- Sistema Municipal de Unidades de Conservação da Natureza - (**SMUC**)
- Sistema Municipal do Meio Ambiente - (**SISMMA**)
- Termo de Ajustamento de Conduta - (**TAC**)
- Estudo de Impacto de Vizinhaça - (**EIV**)